

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA**

**GABRIEL JORGE RODRIGUES OLIVEIRA**

**LETRAMENTO FINANCEIRO: PERSPECTIVAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS**

**RIO DE JANEIRO**

**2023**

**GABRIEL JORGE RODRIGUES OLIVEIRA**

**LETRAMENTO FINANCEIRO: PERSPECTIVAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Borges Paiva Okuzono

**RIO DE JANEIRO**

**2023**

048

Oliveira, Gabriel Jorge Rodrigues  
Letramento financeiro: perspectivas para bibliotecas  
públicas / Gabriel Jorge Rodrigues Oliveira. -- Rio de  
Janeiro, 2023.  
69 f: il., color.

Orientadora: Simone Borges Paiva Okuzono.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Graduação  
em Biblioteconomia, 2023.

1. Bibliotecas públicas. 2. Competência em informação.  
3. Letramento financeiro. I. Okuzono, Simone Borges Paiva,  
orient. II. Título.

**GABRIEL JORGE RODRIGUES OLIVEIRA**

**LETRAMENTO FINANCEIRO  
PERSPECTIVAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Borges Paiva Okuzono

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Simone Borges Paiva Okuzono (Orientador)**  
**Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)**

---

**Prof. Dr. Eduardo Alentejo**  
**Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)**

---

**Profa. Dra. Márcia Feijão**  
**Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela Sua providência constante, e também à Virgem Maria, pela intercessão ao longo da jornada acadêmica.

Agradeço aos meus pais, Jean e Fátima, e aos meus tios Cida e Janderson por terem sempre me incentivado a estudar e a me desenvolver como pessoa e como profissional, e por todo o carinho e cuidado!

Aos amigos que fiz através da UNIRIO: Clara, Gabrielle, Ítalo, Ivana e Isabelle. Vocês são incríveis! Obrigado por terem me acompanhado dentro e fora da faculdade, me apoiando em todas as turbulências que atravessei nesses anos. O caminho talvez tivesse sido trilhado sem vocês, mas com certeza não teria sido tão divertido.

Um obrigado especial também à Laryssa, Monique e Jéssica, por todo apoio e amizade, seja no início, seja no final da graduação, dando dicas, rindo e compartilhando as dificuldades da vida acadêmica.

À professora doutora Simone Paiva, meu muito obrigado. Não apenas por ter me acompanhado com toda competência enquanto docente das disciplinas, orientadora de iniciação científica e deste TCC, mas sobretudo pela grande humanidade e gentileza em todo o processo, ainda mais nos períodos incertos da pandemia de COVID-19!

À Thaila Azevedo, amiga que me acompanha desde os tempos do Ensino Fundamental e me dá tantas dicas nas nossas conversas. Sua maturidade e o quanto você conseguiu crescer como profissional e mulher me inspiram muito!

A Márcio Vianna, Márcio e Letícia Philigret, pelo auxílio com a estrutura deste trabalho e pelas conversas na copa e troca de experiências, que tornaram mais leve todo o processo

Agradeço, por fim, ao povo brasileiro, que com sua inabalável esperança no futuro e pondo fé na educação custeou minha formação de qualidade em uma universidade pública que, apesar de tudo, resiste.

*It's funny how money change a situation. Miscommunication leads to a complication. My emancipation don't fit your equation*

*Lost Ones. Ms. Lauryn Hill, 1998.*

## RESUMO

Este estudo analisa documentos relacionados ao projeto de educação financeira de instituições do Brasil, Estados Unidos e Portugal, apresentando o conceito de competência informacional e o de letramento financeiro. Utiliza abordagem qualitativa como estudo comparativo e avalia os documentos produzidos por esses países em relação à educação financeira de seus cidadãos. Aponta para uma lacuna na promoção desse conhecimento entre os cidadãos. Apresenta os projetos já realizados pelos bibliotecários dos países analisados como alternativas de promoção do letramento financeiro no Brasil. Ressalta a escassez de pesquisas sobre o tema por parte dos acadêmicos brasileiros de Biblioteconomia e propõe o avanço das discussões a fim de aprimorar a contribuição das bibliotecas públicas para o letramento financeiro dos brasileiros. Revela que as bibliotecas públicas não recebem a devida atenção no programa brasileiro de educação financeira, diferente dos casos português e estadunidense.

**Palavras-chave:** bibliotecas públicas; competência em informação; letramento financeiro; políticas públicas.

## ABSTRACT

This study examines documents related to the financial education initiatives of institutions in Brazil, the United States and Portugal, presenting the concepts of information literacy and financial literacy. It employs a qualitative approach as a comparative study and assesses the documents produced by these countries regarding the financial education of their citizens. Points to a lack in the promotion of this knowledge among the citizens. Presents projects already undertaken by librarians in the analysed countries as alternatives for promoting financial literacy in Brazil. Highlights the scarcity of research on the subject among Brazilian Library Science academics and proposes the advancing discussions to enhance the contribution of public libraries for the financial literacy of Brazilians. Reveals that public libraries do not receive proper attention of the Brazilian program for financial education, different from the Portuguese and American cases.

**Keywords:** financial literacy; information literacy; public libraries; public policies.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Dimensões espacial e temporal da educação financeira	<b>44</b>
<b>Figura 2</b>	Ciclo da informação	<b>53</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Relação de pontuação média no PISA 2018	<b>38</b>
<b>Gráfico 2</b>	Relação nação x nível no PISA 2015	<b>48</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 –</b>	Distinção entre conceitos de competência em informação	<b>18</b>
<b>Quadro 2 –</b>	Resumos das duas versões da <i>Guidelines</i>	<b>33</b>
<b>Quadro 3 –</b>	Resumo do Plano	<b>37</b>
<b>Quadro 4 –</b>	Resumo da Estratégia	<b>43</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AASL	<i>American Association of School Librarians</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
BCB	Banco Central do Brasil
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
BRASS	<i>Business Reference and Services Sections</i>
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
IFLA	<i>International Federation of Library Association and Institutions</i>
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
NFEC	<i>National Financial Educators Council</i>
OECD	<i>Organization for Economic Co-operation and Development</i>
PISA	Programa Nacional de Avaliação dos Estudantes
RUSA	<i>Reference and User Services Association</i>
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2. COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E LETRAMENTO FINANCEIRO: CONCEITOS QUE SE INTERPENETRAM</b> .....	<b>15</b>
<b>2.1 Competência informacional como precursora do letramento financeiro</b> ...	<b>15</b>
<b>2.2 Letramento financeiro: conceito e desenvolvimento</b> .....	<b>22</b>
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	<b>31</b>
<b>3.1 Análise descritiva dos objetos da pesquisa</b> .....	<b>32</b>
3.1.1 A Financial Literacy in Library: Guidelines and Best Practices .....	32
3.1.2 O Plano Nacional de Formação Financeira .....	37
3.1.3 Estratégia Nacional de Educação Financeira .....	42
<b>4. ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>48</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo investigar o conceito de letramento financeiro: sua origem, desenvolvimento e aplicações práticas nas políticas públicas brasileiras, além de analisar a contribuição potencial das bibliotecas públicas, comparando-a com experiências de outros países. Estas questões da pesquisa foram pensadas, a princípio, relativamente à produção e disseminação de informação musical na mídia social Youtube. Percebendo o volume crescente de música alternativa do subgênero *lo-fi* publicada no período de isolamento da pandemia de COVID-19, pensou-se em investigar o fenômeno musical como fonte de informação, assim como sua construção, uso e compartilhamento nas redes sociais. Posteriormente, pelas indicações da orientadora, o objeto da pesquisa expandiu-se para o questionamento da competência informacional no que diz respeito à rede social supracitada, a capacidade de aprender a usar todas as suas potencialidades, identificando produtoras de conteúdo que disseminassem informações e construíssem conhecimentos com a temática da economia e finanças.

A seguir, foram mapeados casos de sucesso na rede brasileira que desenvolveram canais na mídia até ganhar relevância para os demais. Considerou-se o grande número de seguidores e de visualizações, o tema pertinente ao público e o uso abrangente das ferramentas disponibilizadas pela mídia social de vídeos e mesmo sua expansão para outras mídias. Porém, o conhecimento de casos estrangeiros em que a biblioteca pública já é considerada oficialmente como protagonista na promoção do letramento financeiro de suas populações, para além de iniciativas privadas de usuárias da internet, instigou-nos a enveredar a pesquisa por este caminho e comparar estas experiências com a produção científica brasileira e a vivência dos bibliotecários no assunto.

Atualmente vivenciamos a plena transformação provocada pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs), uma verdadeira metamorfose em todas as áreas da vida humana. Essa era tem suas raízes na explosão informacional desencadeada pela Segunda Guerra Mundial, seguida pelos avanços nas áreas de eletrônica, informática e telecomunicações. Gerações anteriores testemunharam a introdução do telégrafo e do telefone, seguidos pelo rádio e pela televisão. Mais recentemente, a

internet se tornou o meio privilegiado de transmissão de dados para um número crescente de pessoas ao redor do mundo.

A internet, inicialmente desenvolvida no contexto de guerra para comunicação de dados entre militares sem depender de um transmissor central, expandiu-se para uso massivo pela população. Sua rápida evolução levou a ambientes virtuais mais interativos, responsivos e adaptados à comunicação em massa. Profissionais da informação começaram a sistematizar e debater quais seriam estas habilidades ainda no século passado, para o uso dessas novas tecnologias da comunicação de maneira saudável e proativa, ainda mais porque as TICs são multimídias e engajam um conjunto de sensações, como afirma Campello (2009).

Os estudos sobre os usos conscientes da tecnologia se aprofundaram nas demais questões da vida contemporânea, dado que, na chamada sociedade da informação, as finanças também passam a ser mediadas pelas TICs, e mais do que isso: as tecnologias estabelecem um novo mercado de informação e conhecimento. Dentre eles, por exemplo, estão associadas toda a indústria dedicada à economia. A internet também se tornou um meio eficaz para transações financeiras, proporcionando fácil acesso a uma vasta quantidade de informações e exigindo habilidades específicas para que as pessoas utilizem esses recursos eficazmente.

Le Coadic (1996), na obra seminal *O que é ciência da informação*, aponta para o lucro bilionário de indústrias de informação, seja de produtos em papel ou eletrônica, possíveis graças ao surgimento das tecnologias eletrônicas. Mais recentemente, os estudos sobre a produção de capital a partir da venda e compra de dados de usuários de mídias sociais – bem como suas repercussões políticas - tem chamado atenção não apenas de pesquisadores, mas também do grande público.

Esta nova configuração suscitou entre os teóricos novos conceitos: a *information literacy*, à semelhança de um novo letramento (ou alfabetização, como chamamos normalmente), não mais focado em interpretar signos para daí entender palavras, frases e textos, mas a capacidade de buscar, analisar e utilizar informações em um contexto tão complexo como o atual; e a *financial literacy*, como uma subclasse do anterior, que busca aplicar-se ao caso específico da transmissão de riqueza entre os cidadãos e o discernimento de fontes fidedignas relacionadas ao assunto. Estuda-

se como profissionais da informação, como os bibliotecários e suas unidades de informação, poderiam contribuir para a melhoria da saúde financeira das comunidades em que estão inseridas.

A relevância da pesquisa constata-se pela sempre maior importância de um uso eficaz das TICs nesta etapa de sociedade, a qual constitui-se de “redes globais de riqueza, poder e informação” (Castells *apud* Lima, 2015) e nos sujeita às novas formas de comunicação e de vida. Em contrapartida, para que as bibliotecas públicas se tornem ambientes mais relevantes para as comunidades em que estão inseridas, é preciso educar os indivíduos para que deixem a postura de consumidores passivos das informações que lhes chegam via smartphone e passem a ser sujeitos desta nova configuração social, usufruindo das oportunidades de estudo, lazer, aprimoramento profissional e fortalecimento econômico que a internet pode nos proporcionar. As bibliotecas devem estar atentas e buscar meios de informar e educar os seus usuários acerca do imenso volume de informação presente nesta mídia, bem como seus riscos e a oportunidade de se tornarem, eles mesmos, produtores de conteúdo.

A pesquisa, portanto, tem como objetivo geral investigar como as bibliotecas públicas brasileiras podem contribuir com a educação financeira da população e contrapor seu papel atual com as experiências de outros países. Como objetivos específicos este trabalho pretende: conceituar o letramento financeiro e seu desenvolvimento histórico; apresentar o documento oficial da associação americana de bibliotecários para o letramento financeiro; apresentar o documento oficial do governo português para o plano de educação financeira; apresentar o documento oficial do governo brasileiro para o plano de educação financeira; relacionar e avaliar os dados colhidos dos três casos tendo em vista as nossas bibliotecas públicas.

Para alcançar seu objetivo, o trabalho está estruturado para primeiro fazer uma revisão teórica da *information literacy*, desenvolvimento histórico e recepção no Brasil, bem como a derivação para a *financial literacy*; então será apresentada a metodologia empregada no trabalho, a saber: um estudo comparativo baseado em pesquisa documental. Os documentos avaliados serão as políticas públicas dos governos dos Estados Unidos da América, Portugal e Brasil; a análise dos casos selecionados; e por fim, a conclusão retomando os elementos essenciais investigados neste trabalho e propondo perspectivas ao tema.

Corrêa, Gibbon e Silva (2021) afirmam que

Acredita-se que a promoção de competências em informação nos ambientes digitais faz parte do desenvolvimento da atual sociedade, na qual cidadãos e organizações estão se deparando com a extrema necessidade de dispor e colocar em prática competências necessárias que devem ser aplicadas em diversos suportes de informação, serviços, produtos (2021, p.6).

Peres (*apud* Corrêa, Gibbon e Silva, 2021) chega mesmo a afirmar que o ensino da competência informacional para os integrantes da sociedade atual é uma questão de inclusão ou exclusão social, dado que é o critério para que os indivíduos tenham a habilidade de manusear as TICs. Podemos estender essa afirmação para o conceito que ora se estuda: o desenvolvimento do letramento financeiro se tornou uma questão de inclusão para que os indivíduos lidem com as oportunidades e previnam-se das ameaças que esta nova fase da sociedade oferece, sabendo buscar as informações pertinentes e verídicas para seu benefício econômico.

Portanto, entendemos que para ampliar o maior usufruto das tecnologias que permeiam o nosso dia a dia e promover a inclusão social, as bibliotecas públicas precisam entrar em um movimento de competência em informação para suas comunidades, especificamente no que diz respeito à vida financeira. E não se trata apenas do uso de certos aplicativos e equipamentos relativos às transações financeiras, mas a busca e acesso de informações relativas à economia doméstica, o entendimento de como a macroeconomia afeta a saúde financeira das famílias, legislação relativa à benefícios e bolsas para grupos sociais vulneráveis e punições previstas para crimes fiscais, dentre outros. Este trabalho pretende ser uma contribuição para que os profissionais da informação brasileiros cumpram este urgente objetivo.

## **2 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E LETRAMENTO FINANCEIRO: CONCEITOS QUE SE INTERPENETRAM**

Pierre Lévy (1993) afirma que o espírito humano passou por três fases, constituídas por tecnologias e formulações culturais próprias: a oralidade, a escrita e a informática. Presenciamos, nas últimas décadas, o advento deste tempo do espírito mais recente, com o computador e a internet. Novas dinâmicas econômicas, políticas e culturais daí se desenvolveram. Gradativamente, tornou-se principal tendência do dia a dia a “digitalização, que atinge todas as técnicas de comunicação e de processamento de informação [...] relegando a um segundo plano o tema do material” (Lévy, 1993, p.102). E ainda, ao analisar a construção e disseminação de informação da Web, declara que as “redes de computadores são poderosos instrumentos de escrita-leitura coletiva” (1999, p.57). Esta forma de produção de conhecimentos, antes desconhecida para a parcela letrada da população, suscita uma nova aprendizagem. Para uma pessoa letrada na sociedade da informação, é preciso saber lidar com este fluxo, consumindo-o de maneira ativa e, mais ainda, construindo esta informação e comunicando-a.

A seguir, apresentaremos brevemente a competência informacional, sua construção entre os profissionais da informação e recepção no contexto brasileiro para, na seção seguinte, abordar o letramento financeiro e seu surgimento histórico.

### **2.1 Competência informacional como precursora do letramento financeiro**

Associações de profissionais da informação, conscientes das novas habilidades que precisam ser dominadas para o aproveitamento deste novo contexto informacional da sociedade, ocuparam-se de promover uma nova tomada de consciência quanto ao manuseio dos recursos tecnológicos, suas ferramentas de busca, seleção e acesso, bem como o uso ético das informações encontradas. Uma declaração oficial da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) publicado em 2005 na célebre cidade de Alexandria (onde outrora ergueu-se a grande biblioteca da Antiguidade) na qual esse conjunto de habilidades é chamado “competência informacional” e consistiria na capacidade de “reconhecer as necessidades informacionais e localizar, avaliar, aplicar e criar informação dentro de contextos culturais e sociais” (IFLA, 2005, p.1). Esta, junto da aprendizagem ao longo

da vida (hoje mais conhecida como formação continuada), é chamada de “farol da sociedade da informação, a qual ilumina os caminhos para a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento” (IFLA, 2005, p.1).

Antes, porém, houve um percurso teórico que conduziram a estas importantes declarações. Os profissionais de informação estadunidenses, a partir da década de 1970, atentos a todas estas mudanças sociais e à necessidade de formar os cidadãos para o uso consciente das novas tecnologias da informação, cunharam o termo *information literacy* (utilizado primeiramente por Paul Zurkowski) e comprometeram-se a trabalhá-lo com seu público - sobretudo estudantes.

No contexto educacional, Carol Kuhlthau tem especial relevância pelos estudos pioneiros de *information literacy* e extensa produção científica sobre o tema ao longo dos anos. Bibliotecária escolar, atenta-se para o usuário e suas mudanças de humor e atitudes frente a uma necessidade informacional. Segundo ela, a busca por informação envolve os afetos, a cognição e o corpo da pessoa e, objetivando descrever e nortear este processo, desenvolveu o *Information Search Process*.

Segundo Kuhlthau (*apud* Silva *et al.*, 2020, p. 4), este é

um modelo em seis estágios da experiência holística dos usuários no processo de busca por informação. O modelo ISP, baseado em duas décadas de pesquisa empírica, identifica três domínios da experiência: o afetivo (sentimentos), o cognitivo (pensamentos), e o físico (ações) comuns a cada estágio. Central para o ISP é a noção de que a incerteza, tanto afetiva como cognitiva, cresce e decresce no processo de busca por informação (2020, p. 4).

Pesquisadores brasileiros atestam sua importância para a Biblioteconomia e Ciência da Informação nacional como fundamentação metodológica e conceitual. De acordo com Silva *et al.* (2020), seus estudos sobre comportamento informacional e competência em informação são essenciais para entender questões relacionadas às demandas informacionais e a busca por supri-las.

Christina Doyle, uma bibliotecária estadunidense engajada no processo de competência informacional, define-o como “a habilidade de acessar, avaliar e usar a informação a partir de uma variedade de fontes” (*apud* Campello, 2009, p. 36). Doyle ressalta a postura dos bibliotecários ante a chamada explosão informacional, que se

iniciou com a imprensa de tipos móveis de Gutenberg e alcança um novo nível com a produção científica durante e após a Segunda Guerra Mundial:

Bibliotecários têm sido especialmente sensíveis à explosão informacional e as repercussões resultantes desta. O conceito de competência informacional, a qual advoga a uma preparação das pessoas para que sejam usuários bem-sucedidos da informação, dirige-se às preocupações dos bibliotecários não apenas quanto à natureza da evolução das fontes de informação e o esmagador montante de informação disponíveis, bem como à falta de requisitos de habilidades informacionais de um usuário comum. (Doyle, 1994, p. 5. Tradução nossa).

Já outra teórica do tema, a australiana Christine Bruce, observa o seu caráter situacional, isto é, cada forma de acessar a informação exigirá uma habilidade diferente por parte do usuário das TICs. O foco, na sua definição, é mais sobre a fenomenologia da pessoa querendo satisfazer sua demanda informacional.

Ao escrever a obra *The seven faces of information*, relevante por ser considerada a primeira tese sobre o tema na Austrália e uma das primeiras no mundo, a autora apresenta um modelo distinto daquele em voga na época, chamado por ela de *comportamental*, que atenderia à finalidade política de se impor sobre os currículos de Ensino Superior dos Estados Unidos e tornar possível a medição do aprendizado. Seu modelo situacional, por outro lado, atenderia a um novo paradigma que se impunha na educação à época (Bruce, 1997).

A conceituação de Bruce estabelece sete facetas da informação, que partem de um conhecimento técnico das ferramentas disponíveis para suprir a demanda informacional à aquisição da sabedoria para utilizar as informações e o conhecimento que se constrói a partir desta. Bruce (1997) tributa a influência de outras competências e letramentos para estabelecer sua própria noção de *information literacy*, a saber: letramento computacional, letramento tecnológico, competência em informação, competência em biblioteca e aprendizado ao longo da vida. Para a autora, “os cinco conceitos que influenciam a competência informacional revisados acima são simultaneamente sutis e interrelacionados” (1997, p. 26)

A tabela abaixo demonstra os contrastes das duas teorias da Ciência da Informação, as quais influenciaram programas de implementação da competência informacional em centros de ensino, assim como a literatura posterior.

**Quadro 1** – Distinção entre conceitos de competência em informação

<b>O modelo de letramento segundo Doyle (1992)</b>	<b>O modelo de letramento segundo Bruce (1997)</b>
Deriva da visão de teóricos da área	Deriva da experiência dos usuários
Busca o consenso entre diversas definições	Busca a variedade de conceitos
Deriva do uso do Método Delphi	Deriva do uso da fenomenografia
Recomenda abordagens construtivistas no ensino e aprendizado	Recomenda abordagens relacionais no ensino e aprendizado
Vê o letramento como mensurável	Não vê o letramento como mensurável
Vê o letramento como definível	Vê o letramento como descritível
Vê o letramento e aprendizado como quantificável	Não vê o letramento e o aprendizado como quantificável
Retrata o letramento como um atributo da pessoa	Retrata o letramento como uma relação situacional sujeito-objeto
Foca nas habilidades da pessoa independente do ambiente	Foca nas habilidades da pessoa em relação ao ambiente

Fonte: Christine Bruce (1997).

As discussões levaram a declarações oficiais por parte da *American Library Association* (ALA), a mais antiga associação de bibliotecários do mundo, que advoga a favor da categoria e das unidades de informação não apenas nos Estados Unidos, mas globalmente. O *Presidential Committee on Information Literacy: Final Report*, de 1989, evidencia a transformação que a sociedade americana sofre com o advento das tecnologias da informação, prevendo ainda mais inovações no futuro próximo, alerta para a desigualdade social que o acesso às TICs comportava – apenas para os ricos e afiliados de instituições específicas. O documento define o letrado informacional como “a pessoa capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e tem a habilidade localizar, avaliar e efetivamente usar esta informação almejada” (ALA, 1989, p. 1, tradução nossa).

Este relatório mantém sua atualidade e relevância também para os bibliotecários brasileiros ao tratar da cidadania na democracia americana, a qual fez surgir em seu meio milhares de grupo organizados para exercer influência política sobre suas comunidades de maneira positiva.

A cidadania em uma democracia moderna envolve mais do que o conhecimento de como acessar informações vitais. Também envolve a capacidade de reconhecer propaganda, distorção e outros usos indevidos e abusos da informação. As pessoas são diariamente submetidas a estatísticas sobre saúde, economia, defesa nacional e inúmeros produtos. Uma pessoa organiza a informação para provar o seu ponto, outra organiza-a para provar o dela. Um partido político diz que os indicadores sociais são encorajadores, outro os chama de assustadores. Uma empresa farmacêutica afirma que a maioria dos médicos prefere seu produto, outra "prova" que os médicos favorecem seu produto. [...] Cidadãos letrados informacionais são capazes de detectar e expor chicanas, desinformação e mentiras (ALA, 1989, p. X, Tradução nossa).

No contexto estadunidense, as discussões sobre a relevância da competência informacional chegaram ao seu auge quando Barack Obama, presidente dos Estados Unidos da América dos anos de 2009 a 2017, proclamou outubro como o mês da Consciência Nacional acerca da Competência Informacional. Na proclamação, ressalta-se que esta ação “traz à luz a necessidade de todos os americanos adotarem as habilidades necessárias para efetivamente navegar na Era da Informação” (Obama, 2009, p.2). Fala, ainda, da relevância de instituições como bibliotecas e universidades como auxílios no tempo presente, em que tantas fontes de informação estão disponíveis para acesso aos cidadãos, para separar a verdade e a ficção, e a comunicação do ruído.

Quanto ao caso brasileiro, de acordo com Corrêa, Lucas e Muller (2018), os estudos de competência informacional chegam em 2000, através de um texto de Caregnato, o qual propunha o termo alfabetização informacional como tradução do consagrado em inglês *information literacy*. Elisabeth Dudziak foi, segundo as autoras, uma teórica que se debruçou sobre o tema propondo várias traduções: literacia, letramento, fluência ou competência em informação,

Bernadette dos Santos Campello também deu sua contribuição para o tema na primeira década dos anos 2000, ao publicar a obra *Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola*, em 2009. Nela, Campello aborda o processo de transformação da sociedade, mobilizada pelo advento das tecnologias da informação

e comunicação (neste período, o acesso à internet no Brasil estava em expansão, mas a banda larga ainda era muito restrita) e a partir daí trata do processo de competência informacional e ações para ensiná-lo nas escolas, a fim de formar estudantes capacitados para atender as exigências da Sociedade da Informação.

Com a finalidade de estabelecer um termo único para os teóricos da Ciência da Informação, a Declaração de Maceió sobre a Competência em Informação, de 2011, consagrou o termo acima citado como o oficial para uso no Brasil – esta teria sido uma recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para o contexto brasileiro. Esta Declaração elaborou cinco pontos de reflexão sobre o tema, conclamando as bibliotecas e demais unidades de informação, escolas de formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação e associações profissionais a debruçar-se sobre o tema para o pleno exercício da cidadania na Sociedade da Informação:

[...] os recursos para seu acesso, uso, avaliação e comunicação [da informação] são insuficientes para atender às demandas da cidadania. Em decorrência, é necessária a formação para o desenvolvimento da Competência em Informação que atenda a essas demandas (FEBAB, 2011, p. 1).

A partir da segunda década do século XXI, as discussões sobre competência em informação no Brasil foram acrescidas por um novo conceito, mais abrangente do que aquele herdado pela *information literacy* australo-americano, denominado *competência infocomunicacional*. De acordo com Lima *et al.* (2013), a internet compreende uma tríade de competências necessárias para seu uso mais eficaz, a saber: a operacional, informacional e comunicacional. As três poderiam ser ilustradas como uma espiral na qual esses conhecimentos como que se entrelaçam e estimulam a aprimorar-se.

A competência operacional diz respeito ao uso dos dispositivos eletrônicos para fins de trabalho, lazer e estudo; a competência informacional não difere muito daquilo que já foi explicitado anteriormente; já a comunicacional, para os autores, parte do conceito de comunicação: “É um processo complexo de eventos psicológicos e sociais, envolvendo a interação simbólica. Esses eventos ocorrem dentro e entre pessoas” (Lima *et al.*, 2013, p. 15). Mais do que simplesmente emitir informações para receptores passivos, comunicar envolve reconhecer a alteridade do receptor, porque

nele há um conjunto de experiências e conhecimentos prévios com os quais ele interpreta a informação emitida.

Desta forma, o conceito desenvolvido no Brasil aproxima-se da abordagem situacional de Christine Bruce e o programa estadunidense *Information Power*, por subdividir a competência em áreas distintas, as quais um mesmo usuário pode ter letramentos distintos em mídias distintas, e ressaltando o fator ético do uso, construção e disseminação das informações. É interessante notar que a crítica de Bruce a um conceito de competência informacional formulado apenas por teóricos do tema também é feita pelos autores: “Portanto, as competências em ambientes digitais não são um conjunto de capacidades ‘pensadas em laboratório’ ou ditadas por especialistas. Ao contrário, elas emergem da prática cultural popular” (Lima *et al.*, 2013, p. 20)

Para Botelho-Francisco (2017) - que não adota o termo recomendado, mas utiliza *letramento informacional* - o conceito original pode ser ampliado para *media and information literacy*, por analisar um conjunto de competências necessárias para lidar com o emergente contexto digital, as quais são exploradas nos estudos de Bawden (2001), Esheted Al-Kalai (2004), Ward (2011) e Grizzle e Wilson (2011). No esquema que apresenta para ilustrar o conjunto de habilidades que a nova dinâmica da sociedade exige estão presentes os seguintes tipos de letramentos: *computer literacy*, *hyperliteracy*, *internet literacy*, *media literacy*, *network literacy*, *technological literacy*, letramentos de reprodução, fotovisual, ramificada e socioemocional. Segundo o autor,

[...] entender as literacias a partir desta compreensão vai além dos usos e da produção de conhecimento no ciberespaço e envolve, para além disso, também questões culturais e sociais extremamente relevantes. Este trabalho é contrário às abordagens centradas exclusivamente numa visão de uso da informação, como se fosse possível delas ser algum tipo de usuário. (Botelho-Francisco, 2017, p. 18).

Dessa forma, entender que a competência informacional não é um conceito fechado pelos acadêmicos, mas colocada em debate constantemente e não limitada a um uso eficiente das TICs, ajudará a compreender o desdobramento da *information literacy* para a *financial literacy*, já que o mundo capitalista globalizado torna-se cada vez mais complexo na matéria econômica, e os indivíduos precisam estar munidos de informações para tomarem as melhores decisões em prol de seus objetivos pessoais

e familiares. Nas últimas décadas testemunhamos mudanças como caixas eletrônicos, aplicativos bancários pelo celular, bancos digitais que não necessitam da mediação de agências físicas, o sistema de navegação *open banking* (que o Banco Central do Brasil traduz como “sistema financeiro aberto”), o método de transações bancárias PIX e o surgimento, com a rápida difusão, de criptomoedas.

Os profissionais de informação podem e devem tomar sua parte para auxiliar os indivíduos a um uso responsável desses novos recursos que, junto às facilidades, oferecem perigos por tratarem de algo tão delicado como o dinheiro. Para além das informações fornecidas pelas mídias tradicionais, por exemplo, há um imenso contributo para a cidadania e saúde financeira por parte daqueles que têm formação acadêmica para fornecer informações acuradas e seguras sobre o setor financeiro e suas rápidas e pungentes transformações.

A partir de um breve histórico, exporemos como surgiram as discussões sobre *financial literacy*, como as bibliotecas públicas deram sua contribuição ao assunto e casos de aplicações de sucesso em outros países. Tais conhecimentos serão necessários para voltar o olhar às políticas desenvolvidas tanto no Brasil como em outras nações, assim como estudo comparativo das bibliotecas públicas para educação financeira.

## **2.2 Letramento financeiro: conceito e desenvolvimento**

De acordo com a *Financial Literacy: Guidelines and Best Practices for Services*, da *Reference and User Services Association* (RUSA), o letramento financeiro pode ser definido como: os princípios da competência informacional aplicados à esfera financeira. Assim, segundo a RUSA (2014), a pessoa competente financeiramente possui as habilidades e conhecimentos em finanças para ações efetivas e cumprir suas metas.

Já a *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD) traz a definição de um conceito próximo ao letramento, a educação financeira<sup>1</sup>. Este seria um processo no qual

---

<sup>1</sup> Por se tratar de conceitos relacionados e sem uma distinção sólida pela literatura serão tratados como sinônimos a educação financeira e o letramento financeiro.

as pessoas ampliam seus conhecimentos a respeito de produtos e conceitos financeiros. Por meio de informações, instruções e/ou conselhos, se capacitam a desenvolver habilidades que as tornem conscientes a respeito dos riscos e oportunidades envolvidos em operações financeiras. (OECD *apud* Carvalho; Carlo, 2021, p. 5)

Embora já esteja difundido amplamente, inclusive em nosso país, a problemática em torno do letramento financeiro aparece por volta do ano de 2007, quando da crise financeira mundial que abateu fortemente os Estados Unidos da América, de acordo com o Comitê da RUSA para aplicação da *financial literacy* nas bibliotecas (2015). Segundo o estudo de Annamaria Lusardi (2008), publicado à época, o baixo nível de letramento financeiro entre a população do país era flagrante, sobretudo entre os afro-americanos, hispânicos, mulheres e a parcela da população com baixo progresso educacional. Pessoas de mais idade também apresentavam níveis de letramento particularmente preocupantes. Sobre a relação indivíduo-sociedade, ela aponta:

Deixados à própria sorte, indivíduos poderão não poupar para a aposentadoria, poderão investir em títulos muito arrojados ou muito conservadores e poderão não explorar *employer matches*<sup>2</sup> e vantagens fiscais. Quem paga por esses erros? O indivíduo ou a sociedade como um todo? [...] É importante reconhecer que, enquanto a iniciativa privada está gastando milhões de dólares todo ano com a propaganda de produtos para que consumidores gastem mais, relativamente pouco é gasto em encorajar as pessoas a poupar e prover para seus futuros (Lusardi, 2008, p. 33-34, Tradução nossa).

O foco de Lusardi era investigar a (in)capacidade dos estadunidenses em planejarem suas finanças em vista da aposentadoria. Além das limitações de capital disponível para cada trabalhador individual, a autora apresenta como uma desvantagem a “falta de informação” (p. 11) Como conduta exemplar dessa falta, aponta que os trabalhadores comumente realizam planos de previdência privada sem critérios significativos ou até mesmo hipotecam seus bens – um processo complexo e oneroso – sem entender suficientemente suas cláusulas. Apesar da autora apresentar a educação financeira como uma saída para o problema, não cita em momento algum a biblioteca pública, mantendo-se no âmbito corporativo, isto é, como as empresas podem auxiliar seus funcionários a se tornarem mais letrados financeiramente.

---

<sup>2</sup> Tipo de investimento estadunidense no qual um percentual do salário do empregado é reservado pelo empregador para sua aposentadoria.

No caso estadunidense, em que as bibliotecas públicas gozam de maior prestígio entre as comunidades do que no Brasil, houve ações por parte delas – e também das bibliotecas universitárias - para fornecer ajuda aos cidadãos naquele momento. Mesmo assim, a produção intelectual até 2009 sobre o assunto envolvendo a Biblioteconomia era praticamente nula, segundo os estudos de Martha Henn McCormick (*apud* RUSA, 2015).

Apesar disso, o ano de 2008 foi de rica contribuição por parte das bibliotecas públicas para a educação financeira dos estadunidenses com o programa *Smart investing @your library*, uma parceria da IFLA com a Financial Industry Regulatory Authority, que afetou positivamente cerca de 1.300 bibliotecas. A partir da visualização no site do programa, podemos ver que ele capacita os bibliotecários a treinar a si mesmos e a sua equipe para lidar com as demandas informacionais ligadas às finanças dos usuários, por meio de quatro pontos básicos: conheça seu estado; conheça seus usuários; conheça sua equipe; e conheça seu acervo. Cada um desses pontos contém arquivos digitais para auxiliar na aplicação do programa.

Inclusive, o site apresenta bibliotecas-modelo com programas que impactam públicos específicos, como famílias de militares americanos, populações rural e indígena e jovens. Há um destaque na página para desenvolver o letramento financeiro em crianças. Isto é muito coerente, dado que em cada fase da vida ou classe social há vantagens e desafios próprios na forma de adquirir e lidar com o dinheiro. Essa percepção é afirmada pela *Guidelines and Best Practices* da RUSA e será de valor para o estudo comparativo da estratégia brasileira.

A *American Association of School Librarians* (AASL) também oferece uma página com links úteis para a formação dos bibliotecários escolares. Nela, pode-se conhecer mais sobre a iniciativa *Money Smart Week*, promovida pelo Banco de Chicago tendo em vista o letramento financeiro dos americanos e fontes para formação continuada dos profissionais e para o ensino da educação financeira.

A *National Financial Educators Council* (NFEC), organização social a qual a RUSA indica como referência para o assunto, elaborou um conjunto de cinco áreas principais que compõem esta habilidade: o **conhecimento** que uma pessoa deve saber adquirir sobre finanças; o **sentimento** que o tópico lhe provoca; o

**comportamento** que ela realiza com relação ao dinheiro; o **sistema**, a qual deve saber gerir; e os **resultados**, que devem ser quantificáveis. Por se tratar de um elemento que envolve toda a vida de uma pessoa, bem como a de sua família, e a realização de sonhos, medos, preocupações e prazeres que podem ser proporcionados com a compra de bens e serviços, faz sentido que o letramento financeiro englobe várias áreas da pessoa humana.

Estas áreas podem ser subdivididas em dez tópicos, ainda segundo a NFEC, colocando a capacidade de gerar renda como a base deste letramento. Assim, uma pessoa competente financeiramente deve:

- a) entender a influência da psicologia na organização das finanças;
- b) o uso de reservas, custos e orçamentos;
- c) os rendimentos, o cuidado com a própria carreira e as iniciativas profissionais;
- d) a educação formal e continuada;
- e) a administração da conta bancária;
- f) dívidas e empréstimos;
- g) o perfil de crédito;
- h) as influências externas da macroeconomia e governo sobre as finanças;
- i) a gestão de riscos e garantias;
- j) e o planejamento pessoal e investimentos.

Um texto fundamental para o entendimento da *financial literacy* na Biblioteconomia, sua relevância, seus limites e perspectivas é da autoria de Sonja Spiranec, Mihaela Banek Zorica e Gordana Stokić Simončić (2012). Aborda a relação intrínseca entre *information* e *financial literacies*, em que aquela está estabelecida como missão educativa das bibliotecas públicas, e esta como uma extensão gradual do conceito primeiro para outras áreas. O mercado financeiro e as escolas de Economia, porém, demoraram para absorver este conceito pela estrutura complexa e dinâmica das operações financeiras.

Segundo as autoras:

A correlação entre IL [*information literacy*] e FL [*financial literacy*] tem inclusive uma dimensão histórica. A definição mesma do termo *information literacy* em 1974 por Zurkowski foi acompanhada pela

expressiva importância do seu alcance relacionado a metas econômicas e no ambiente de trabalho, e por isso uma base sólida foi providenciada para a consideração de questões econômicas em relação ao contexto da IL (Spiranec *et al.*, 2012, p. 5).

Os estudos e a aplicação da competência informacional foram sendo conduzidos para a área da educação por parte dos bibliotecários e cientistas da informação, o que explicaria esta descaracterização do aspecto financeiro ao longo dos anos. As autoras lembram, entretanto, que informação financeira permanece sendo informação, e o substantivo não é alterado pelo seu predicado. Inclusive, diversos autores estabelecem a relação entre o consumo de informação de qualidade, saúde financeira e nível socioeconômico dos indivíduos (Spiranec *et al.*, 2012). Os verbos necessários para encontrar informações de qualidade para tomada de decisões nas finanças são os mesmos usados para conceituar a competência informacional: *localizar*, *avaliar* e *usar*.

Ambos os conceitos surgem em um contexto de explosão informacional, em que fica a cargo dos indivíduos localizar o que lhes seja útil, bem como avaliar a utilidade e veracidade das informações encontradas para usá-las na vida cotidiana. E ainda que a ausência de ambas traga consequências negativas para um indivíduo que vive na Sociedade da Informação, as autoras afirmam que a letramento financeiro não é apenas um subgênero da informacional. Primeiramente porque o acesso e uso de informação sobre finanças são uma etapa, mas não constituem a totalidade desta competência, e sobretudo pela natureza do efeito de ser ou não letrado em matéria de finanças: o delicado aspecto da vida financeira de um indivíduo - e sua família - é atingido positiva ou negativamente, seu poder de compra, bem como a boa-fé que merece ante a sociedade por honrar suas dívidas e outros aspectos da sua qualidade de vida são afetados.

Spiranec, Zorica e Simončić (2012) atribuem a emergência do letramento financeiro historicamente à internet e o caráter mutável da informação entre seus usuários, tornando as ofertas de produtos financeiros mais dinâmico e complexo e também à falta de mediação em que essa informação nos chega, porque as instituições como bancos e corretoras não precisam mais fazer esse papel. Outro importante evento para sua emergência seria a crise mundial que se abateu sobre o mundo entre 2007 e 2008. Milhões de pessoas se viram desempregadas e por isso

foi necessário desenvolver novas habilidades na gestão de seu dinheiro, enquanto buscavam recolocação no mercado de trabalho. Se a RUSA (2015) em seu relatório enaltece o papel proativo dos bibliotecários estadunidenses em fornecer fontes de informação financeiras para suas comunidades e articular de treinamentos para diversas faixas etárias, as autoras sérvias declaram que bibliotecas públicas europeias não tinham o hábito de fornecer este tipo de auxílio para seus usuários, menos ainda as do Leste Europeu, de onde refletem e escrevem sobre o conceito de competência. A crise econômica reverte esse quadro, e se faz mais necessária ainda nos países que nas décadas anteriores integravam a União Soviética e precisaram ser confrontados com um novo modelo econômico ao qual, bem ou mal, adaptaram-se às pressas.

Apesar da experiência na Biblioteca da Cidade de Belgrado ter sido positiva, com a promoção de treinamentos em parceria com a embaixada dos Estados Unidos e a criação de um site para a *financical literacy* dos cidadãos, como relatam as autoras (Spiranec *et al.*, 2012), há um bloqueio em fornecer este tipo de informação nas bibliotecas públicas por dois motivos. Segundo elas:

A primeira é de natureza conceitual e se refere à percepção do propósito mesmo das bibliotecas públicas. Historicamente falando, a primeira proposta da introdução de bibliotecas públicas em meados do século 19 argumentava que tais livrarias seriam benéficas para os membros da classe operária que poderiam utilizar seu tempo de lazer de forma culturalmente recomendáveis (Mc Menemy, 2008) [...] ainda, o maior desafio que bibliotecas enfrentam na ofertar de programas e serviços em FL [*financical literacy*] envolve suas equipes. Os bibliotecários mesmos são parte das suas comunidades e, levando em conta as circunstâncias de alguns países em particular, são necessários esforços consideráveis para ajustar a mentalidade sobre preocupações de ordem financeira e econômica em seus usuários (Spiranec *et al.*, p. 12. Tradução nossa).

Ainda assim, o auxílio que pode ser prestado por essas unidades de informação diante de cenários econômicos cada vez mais complexos e fragmentados ao fornecer informações despidas de viés e interesses, tanto quanto possível, pode se revelar essencial. As bibliotecas públicas ainda têm a flexibilidade de serem autogeridas, não dependendo da tomada de decisão de gestores de organizações para implementar mudanças, como seria o caso de uma universitária ou um centro de documentação empresarial, por exemplo. Por isso, o artigo mesmo propõe uma lista de 11 programas que poderiam ser implementados, a seguir:

- a) investimentos;
- b) gastos do dia a dia; poupança para aposentadoria;
- c) planos de saúde;
- d) educação financeira infantil;
- e) criação de planos de poupança para a família;
- f) meio de estabelecer e alcançar metas financeiras;
- g) como retomar o controle das finanças em caso de inadimplência;
- h) meios de iniciar empresas e pequenos negócios;
- i) acesso a fontes de informação financeira, profissional e oportunidades de carreira;
- j) hipoteca, crédito e empréstimos;
- k) leitura crítica de informações financeiras;
- l) empoderamentos dos trabalhadores pela leitura.

Dessa forma, observamos que se trata de um conceito transdisciplinar, por abranger temas que tocam não apenas a Ciência da Informação, mas também a Educação, Economia e a Administração Pública, que pode e deve receber das contribuições diversas áreas.

Ao contrário dos estudos já consolidados em competência informacional, a *financial literacy* não parece ter recebido a devida atenção fora do campo biblioteconômico estadunidense. Um levantamento de Ashley Faulkner (2022) tratando de políticas de promoção da *financial literacy* nas nações mais competentes financeiramente do mundo demonstra que apenas dois programas, dos governos israelense e finlandês, falam explicitamente de bibliotecas como instituições que ajudem potencialmente no aumento desta competência entre a população. Mesmo assim, muitas das iniciativas sugeridas por outros governos supõem a missão das bibliotecas públicas, ainda que não estejam discriminadas nas estratégias. Outras nações já se anteciparam em organizar projetos que, de uma forma ou de outra, incluem a biblioteca e sua missão de fornecer informações de qualidade para as comunidades em que estão inseridas.

A Ciência da Informação brasileira debruçou-se inicialmente sobre esta questão, ao que tudo indica, com o artigo de Gomes (1997) apresentando a Bolsa de Valores brasileira e fontes de informação para seu uso de forma prudente. Apesar do termo *letramento financeiro* não estar presente, este trabalho pode ser considerado um marco (ainda que com informações já obsoletas) por se adequar justamente à conceituação estabelecida pelas teóricas sérvias: *localizar* informação confiável sobre a Bolsa brasileira e *usar* as informações colhidas das fontes indicadas pela autora a partir de uma *avaliação* do que seja mais pertinente para cada indivíduo investidor em potencial. Após isso, os cientistas da informação brasileiros parecem ter dado pouca ou nenhuma atenção ao tema, à parte de tendências estrangeiras e das necessidades do povo.

Contudo, Shollapur, Hilagabali e Kolle (2023) afirmam que uma brasileira, Kelmara Mendes Vieira, foi uma das pessoas que mais contribuiu com a produção de artigos sobre letramento financeiro entre 2011 e 2020, com dez artigos sobre o assunto e 98 citações por parte de outros pesquisadores. Ela atualmente é professora vinculada à Universidade Federal de Santa Maria, do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e demonstra, assim, que para uma produção frutuosa do tema, os cientistas da informação brasileiros precisarão dialogar com as mais diversas disciplinas.

Vieira propôs uma espécie de medida (um termômetro, segundo ela) de letramento financeiro, a partir da percepção de que ainda não havia modelos que apresentem as diversas dimensões deste tipo de conhecimento e como afeta a pessoa (Remont, 2010 *apud* Potrich, Vieira e Kirch, 2010). Segundo o artigo em que divulga os resultados da aplicação do *termômetro do letramento financeiro*, a maioria dos entrevistados (uma amostra de 1.572 rio-grandenses) apresentou um baixo nível de letramento, o que confirma os indicadores apresentados pela OECD e aponta para a urgência em promover ações de educação financeira em todos os setores da sociedade. A autora destaca que já estão sendo feitos esforços para alcançar esse fim, através da ENEF. Seu estudo contribui com a discussão brasileira por ser o primeiro aqui a propor uma escala de medição para o letramento financeiro, de forma a auxiliar em políticas públicas do tema.

Comparando a sua definição de letramento com as já evidenciadas no trabalho, não se encontrou diferença substancial, dado que a autora também se utiliza das afirmações da OECD. Faz, contudo, uma distinção conceitual entre a alfabetização (ou letramento) financeira e o conhecimento financeiro, colocando aquele como uma habilidade superior de compreensão e uso das informações, enquanto este seria apenas uma memorização de fatos acerca de finanças (Potrich, Vieira e Kirch, 2010). Percebe-se, portanto, uma sintonia entre os conceitos definidos pelos diversos pesquisadores, o que contribui para a produção científica.

### 3 METODOLOGIA

A ciência moderna funda-se sobre o seu método, o qual é definido como "um caminho através do qual se procura chegar a algo ou um modo de fazer algo" (Turato *apud* Lima *et al.*, 2012, p. 129). A partir das reflexões de René Descartes, a ciência moderna baseia-se nas observações da realidade material; porém, são variados os métodos, cada um pertinente a um tipo de objeto de estudo. Para a realização desta pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, foram utilizadas técnicas de coleta de dados de análise documental a partir de fontes digitais e impressas. As primeiras subsidiaram a localização de textos que auxiliarem na composição do repertório teórico que fundamenta o trabalho e também foram utilizadas para a busca dos objetos que seriam analisados na pesquisa. As bases de dados como a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), periódicos eletrônicos como Taylor&Francis, e o indexador Google Acadêmico são exemplos de fontes de informação especializadas utilizadas para os processos de busca e recuperação das informações. Adicionalmente, para localização das políticas nacionais relacionadas à *financial literacy*, foram consultados sites de Associações Biblioteconômicas Internacionais – IFLA, ALA -, para as experiências nacionais foram consultadas à FEBAB e o Banco Central. Ao final, foram escolhidos para compor o objeto de análise do trabalho os seguintes documentos:

- a) *Financial literacy in public libraries: Guidelines and Best Practices*, dos Estados Unidos da América;
- b) Plano Nacional de Formação Financeira, de Portugal;
- c) Estratégia Nacional de Educação Financeira, do Brasil.

O documento estadunidense foi escolhido pela prevalência do país nos debates acerca de letramento financeiro e porque a ALA (cuja subdivisão de serviço de referência, RUSA, produziu o documento) é uma associação de bibliotecários altamente relevante, cujos conteúdos e eventos são disseminados também entre a categoria de profissionais do Brasil. Já o documento do governo de Portugal foi escolhido pela proximidade da língua e de cultura, optando-se por estudá-lo a fim de considerar aplicações pertinentes para o caso brasileiro. Por fim, o relatório emitido pelas autoridades brasileiras é um caso de suma importância a ser estudado, com a

finalidade de entender quais as iniciativas já realizadas em vista do letramento financeiro da nossa população e qual papel a biblioteca pública tem desempenhado na estratégia governamental.

### **3.1 Análise descritiva dos objetos da pesquisa**

Para embasar este trabalho, buscou-se também compreender a informação enquanto fenômeno social e as mudanças que uma cultura cada vez mais amparada na digitalização e no uso das TICs provocaria na vida (financeira) dos seres humanos. Os documentos selecionados para o estudo comparativo são produções oficiais de governos federais e de uma associação profissional de bibliotecários mundialmente relevante acerca do assunto. Assim, o estudo comparativo como metodologia aplicada a estes documentos se mostra particularmente valioso porque nos permite avaliar o letramento financeiro em um contexto de aplicação e não apenas conceitual. Esta é “uma estratégia utilizada para as pesquisas de acontecimentos contemporâneos em condições contextuais” (Lima *et al.*, 2012, p. 7), que considera a unicidade dos esforços empregados em cada país para alcançar o mesmo objetivo, podendo ter algumas experiências aproveitadas no caso brasileiro, sem ignorar a mesma unicidade.

Após a apresentação de cada um dos documentos, a análise procurará cruzar as informações extraídas e observar as convergências, diferenças e adequações dos projetos com a conceituação já apresentada de letramento financeiro, bem como a presença ou ausência da tipologia de biblioteca em questão. Dessa forma, a classe bibliotecária estará munida de um instrumento que lhe permita considerar ações de letramento financeiro nas suas unidades de informação – especialmente a biblioteca pública – com base em outras experiências.

#### **3.1.1 A Financial Literacy in Library: Guidelines and Best Practices**

Um documento elaborado e divulgado em 2014, pela parceria entre a *Business Reference and Services Sections* (BRASS) e RUSA a partir de um financiamento da *Institute of Museum and Library Services* destinado a promover ações inovadoras nas

unidades informacionais, busca garantir a manutenção da qualidade nos serviços de letramento financeiro. Em 2022 foi realizada uma revisão do mesmo, para atualização e de forma que permaneça relevante para os anos a seguir. Uma exposição sumária de ambos é feita na tabela abaixo.

**Quadro 2 – Resumos das duas versões da *Guidelines***

<p><b>TITLE PAGE</b> Table of Contents</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1. Acknowledgements</li> <li>2. History and Development of the Guidelines</li> <li>3. Organizational Structure: Objectives and Mission</li> <li>4. Scope and Coverage</li> <li>5. Definitions</li> <li>6. Governance and Oversight</li> <li>7. Roles and Responsibilities</li> <li>8. Funding and Financial Sustainability</li> <li>9. Appendix A: Financial Literacy Education Curriculum Framework</li> <li>10. Appendix B: Financial Literacy Education Library of Terms</li> </ul> <p><b>ACKNOWLEDGEMENTS PAGE</b></p> <p>Financial Literacy Education in Libraries: Guidelines and Best Practices for Service was developed by a working group convened by the National Association of Public Libraries (NAL) in 2014. The working group was composed of representatives from the National Association of Public Libraries (NAL), the National Association of State Librarians and Documentalists (NASLD), the National Association of State Librarians and Documentalists (NASLD), the National Association of State Librarians and Documentalists (NASLD), and the National Association of State Librarians and Documentalists (NASLD).</p> <p><b>2014 Advisory Team</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> </ul> <p><b>2014 Advisory Group</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> </ul>	<p><b>Ano: 2014</b></p> <p><b>Resumo:</b> Obra dividida em 6 capítulos e quatro apêndices, tratando do letramento financeiro na biblioteca e orientando a ações e serviços que possam ser implementados pelas equipes em diferentes contextos.</p>
<p><b>Financial Literacy Education in Libraries: Guidelines and Best Practices for Service</b></p> <p>Financial Literacy Education in Libraries: Guidelines and Best Practices for Service was developed by a working group convened by the National Association of Public Libraries (NAL) in 2014. The working group was composed of representatives from the National Association of Public Libraries (NAL), the National Association of State Librarians and Documentalists (NASLD), the National Association of State Librarians and Documentalists (NASLD), the National Association of State Librarians and Documentalists (NASLD), and the National Association of State Librarians and Documentalists (NASLD).</p> <p><b>2022 Advisory Team</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> </ul> <p><b>2022 Advisory Group</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> <li>• Co-Chair: Susan M. Branson, Director, National Association of Public Libraries</li> </ul>	<p><b>Ano: 2022</b></p> <p><b>Resumo:</b> Revisão da obra anterior, também com 6 capítulos e redução para dois apêndices. Afirma dar mais atenção para os empreendedores (<i>small bussiness</i>, p.2), oferecendo também atividades na biblioteca voltada a eles. A situação atual, pós-pandemia de COVID-19 também foi contemplada.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar de já apresentar ideias pertinentes ao contexto das bibliotecas brasileiras, o documento mais recente ainda é um *draft*, podendo ser alterado. Contudo, a relevância do anterior permanece, e oferece ainda mais informações nos seus apêndices, motivo pelo qual foi selecionado como um caso para esta pesquisa.

### Segundo as *Guidelines*

[...] o gerenciamento de finanças pessoais requer informação. Diferentes tipos de informação são necessários para que seguramente e com sucesso se adquira dinheiro, faça empréstimos, poupe, invista, gaste e proteja-se contra riscos. Uma multidão de fontes oferece informação financeira, e essas fontes podem variar consideravelmente em suas opiniões, confiabilidade e objetividade. Os princípios da competência informacional devem ser integrados a cada um dos níveis das orientações do letramento financeiro. Assim como em outros tipos de letramento, bibliotecas são qualificados de maneira ímpar para alcançar essa demanda informacional (*Financial Literacy in Library: Guidelines and Best Practices 2014*, p. 4., tradução nossa).

Assim, o documento apresenta orientações de temas a tratar pelas equipes das bibliotecas, divididos por seções em dois níveis de conteúdo: o mais amplo e o mais

específico, os quais se propõem a ser dinâmicas, adaptáveis e flexíveis ao contexto de cada comunidade em que a biblioteca está inserida.

A primeira seção diz respeito a **como ganhar** dinheiro. Segundo as *Guidelines*, o objetivo aqui é informar sobre os tipos de renda – ativa e passiva – e sobre a escolha do emprego, com os benefícios que cada cargo comporta, a relevância da educação para aumentar a remuneração e os benefícios governamentais como suporte ao bem-estar financeiro. Apresenta também a abertura de um negócio como gerador de renda, os riscos que lhe são inerentes, os programas de seguridade social e como as mudanças na macroeconomia podem alterar o dia a dia do trabalhador, fazendo-o até mesmo perder seu emprego. Propõe como alguns temas de workshop: como conseguir o primeiro emprego; entender os descontos na folha de pagamento; como a educação afeta o capital pessoal; formas de fazer renda extra; a correlação entre capital pessoal, carreira, educação e o fisco.

A segunda orientação trata do **empréstimo e crédito**. A equipe deve ensinar a comunidade sobre a real necessidade de solicitar crédito às instituições financeiras, e como selecionar um produto ante a variedade de opções existentes. Deve ajudar a entender a importância de ser um bom pagador, bem como as consequências de não o ser. Avaliar o empréstimo como impactante das demais áreas da vida financeira - poupança, investimento e orçamento. Como sugestões de workshop: o que significa ir à bancarrota; quando fazer um empréstimo é uma boa decisão; como manter e melhorar o *score* de crédito pessoal; como sair da lista de inadimplentes; o que fazer após escolher um carro para compra; opções de financiamento estudantil.

Na terceira seção, o tópico é **poupança e investimento**. Segundo as *Guidelines*, a renda que não é gasta é poupada ou investida, com diferentes finalidades, como usufruir as férias, reforma da casa, aposentadoria ou a educação dos filhos. A equipe da biblioteca deve informar sobre os riscos de se tornar investidor e ajudar os usuários a entenderem se tem um perfil de investimento conservador, moderado ou arrojado e também ajudar a entender as formas de receber a renda passiva a partir do montante investido. Como ideias de workshop: como construir uma reserva de emergência e se preparar para eventualidades; como se preparar para a aposentadoria; introdução aos investimentos; como alcançar os objetivos através de

planejamento financeiro; ajudar a entender as taxas e gastos relativos ao ato de investir; o papel dos governos no mercado.

Na seção de orientações acerca dos **gastos**, orienta-se trabalhar com a comunidade a formação de um orçamento para as diversas necessidades; a diferenciação entre estes e desejos de consumos; mapear o destino do dinheiro na economia doméstica; educar para a pesquisa de preço; como se prevenir de fraudes; verificação de doações para caridade; e estratégias contra compras compulsivas e excesso. O motivo apresentado para esses temas é que as finanças na maior parte das vezes não comportam a aquisição de bens desejados e necessários e, assim, é preciso fazer escolhas que para serem assertivas, precisam de informação de qualidade e planejamento.

A quinta seção busca orientar a comunidade acerca da **proteção contra riscos** financeiros, ou seja, fraudes e furtos. A biblioteca deve buscar alertar os usuários sobre suas vulnerabilidades que podem ser aproveitadas por pessoas mal-intencionadas. Sugere-se ações que ajudem a proteger dados pessoais, principalmente na internet; circunstâncias em que seja benéfico contratar um seguro; como avaliar a confiabilidade de *sites*; e a importância de proteger o computador pessoal com antivírus e *firewalls*. No contexto brasileiro, esta é uma orientação particularmente importante, dado que, até 2021, de acordo com o levantamento do Serasa Experian (2021), empresa privada de análise de dados financeiros e apoio a negócios, a cada 8 segundo foi feita uma tentativa de fraude no Brasil, totalizando 1,9 milhões de ataques apenas no primeiro semestre desse ano.

A última seção apresenta as **boas práticas** que uma biblioteca pública pode ter na execução das atividades de letramento financeiro, entendendo boa prática como “uma técnica ou metodologia que, por meio da experimentação ou pesquisa, se provou confiável em alcançar os resultados almejados” (Financial Literacy..., 2014, p. X). Para compor esta parte, as *Guidelines* afirmam que se basearam em fontes confiáveis, avaliações, pesquisas realizadas pelos membros do grupo que produziu o documento e casos tirados da *Smart Investing @your library*, já citada anteriormente. A seguir serão apresentadas sumariamente as onze boas práticas apresentadas pelo documento da RUSA e da BRASS.

A primeira diz respeito a fontes de informação não enviesadas, afirmando o dever das bibliotecas em oferecer informações objetivas aos usuários, sem procurar beneficiar o interesse de certo grupo financeiro; a segunda trata de selecionar fontes que tenham autoridade no assunto, e não conduzam os usuários à desinformação; a terceira é sobre garantir a privacidade daqueles que buscam o auxílio da biblioteca, respeitando a vida financeira alheia como um dado sensível; em seguida, recomenda-se estabelecer parcerias com organizações a fim de que os programas de letramento sejam sustentáveis para a biblioteca manter e ofereçam informações confiáveis (essa boa prática recebe uma atenção especial, sendo analisada em uma série de subtópicos); a quinta boa prática é a de agregar à biblioteca conteúdos e programas já existentes, o que minimiza a necessidade de promover via publicidade novos eventos já bibliotecas se os que já existem têm uma audiência cativa; recomenda-se medir os resultados das ações como sexta boa prática; atrelado à boa prática anterior, está a de manter uma revisão sistemática dos conteúdos oferecidos à comunidade, para que seja atualizada e com resultados positivos; a oitava boa prática é ressaltar aos convidados para tratar do tema do letramento financeiro que sua participação visa o bem comum da comunidade e não simplesmente oportunidade de fazer negócios e venderem seus produtos; apresentar à comunidade alternativas de letramento financeiro que se adequem ao seu tempo e forma de aprender é a boa prática seguinte; as *Guidelines* recomendam à equipe da biblioteca estabelecerem limites, para não julgar o histórico financeiro de um usuário, nem seus planos, assim como evitar fazer recomendações específicas de produtos financeiros; por fim, oferece-se a prática de mentoria entre os pares, isto é, que usuários que passaram pela trilha de aprendizagem da biblioteca se tornem mentores de usuários em situações semelhantes, como, por exemplo, estudantes auxiliando outros estudantes a aprimorar sua educação financeira.


Concluindo, o documento oferece apêndices para complementar as ações de letramento financeiro na biblioteca: o Apêndice A oferece uma lista de fontes de informação; B, com uma tabela de competências primordiais; C, um glossário de termos financeiros; e o Apêndice D, exemplos de programas de mentoria financeira por pares.

### 3.1.2 O Plano Nacional de Formação Financeira

Diante da necessidade de educação financeira da população portuguesa, o governo se organizou para desenvolver ações à nível federal e por diferentes mídias para alcançar esse objetivo. Se o caso americano foca no uso das bibliotecas, este se apresenta como beneficiário das TICs.

O governo de Portugal, pelo seu Banco Nacional, sua Comissão de Valores Mobiliários e a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensão, realiza desde 2011 um Plano de Formação Financeira, visando o aumento da capacidade da sua população em lidar com operações financeiras do cotidiano. Em 2021, as organizações competentes reuniram-se para fazer uma avaliação do plano anterior: suas forças e fraquezas, as metas já alcançadas e pontos a melhorar. Este documento mais recente foi considerado como caso para a pesquisa.

#### Quadro 3 – Resumo do Plano

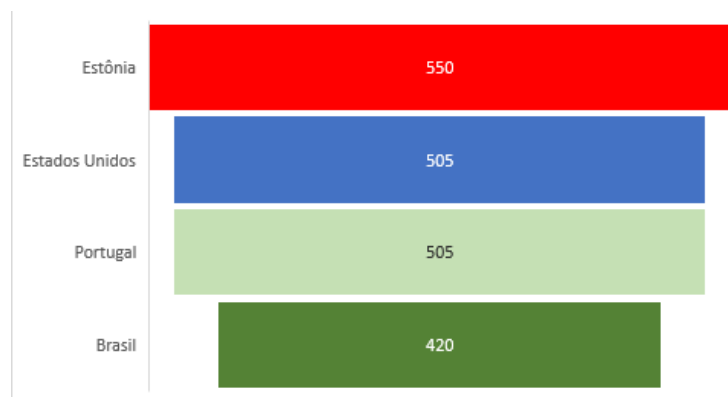
	<p><b>Ano:</b> 2021</p>
	<p><b>Resumo:</b> Relatório das organizações competentes pelo Plano de Formação Financeira avaliando as atividades realizadas, os desafios por vir e ações a serem implementadas no futuro, do período de 2021 a 2025.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Avaliou-se que a produção de materiais voltados para segmentos específicos da população, focando a formação nas suas necessidades, foi algo positivo para o sucesso do Plano. A participação como país-membro da OCDE também é destacada como empenho das autoridades competentes em promover a educação dos cidadãos nesta matéria. Por isso, foi apresentado como indicador positivo a participação dos estudantes portugueses na edição do PISA de 2018, a primeira na qual a nação participou: "6.º lugar na percentagem de estudantes que possuem capacidades financeiras básicas (86%) e em 7.º lugar no indicador global de literacia financeira." (Plano Nacional de Formação Financeira, 2021, p. 11). O relatório oficial do teste destaca que – como no caso de Portugal – não necessariamente os países com maior

renda *per capita* ou maior acesso dos jovens aos produtos financeiros resulta em mais letramento.

**Gráfico 1** – Relação de pontuação média no PISA 2018



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como visto no gráfico representado acima (Figura 1), nesta edição do teste de letramento financeiro, tanto Portugal como os Estados Unidos da América alcançaram a média da OECD, de 505 pontos (correspondente ao nível 4) enquanto o Brasil permaneceu abaixo da média, com 420 pontos (incluído no intervalo do nível 2). Já a Estônia foi incluída no gráfico por ser a nação com os mais altos índices desta edição, de forma que se possa comparar a disparidade entre ela e as nações cujos planos de educação financeira são estudados neste trabalho de conclusão de curso.

O trabalho junto a crianças e adolescentes também foi encarado como algo favorável, dado que a formação financeira prematura prevenirá os cidadãos portugueses de escolhas imprudentes no futuro, e poderão disseminar as informações aprendidas na escola para os responsáveis. Este trabalho infanto-juvenil foi realizado em parceria com o Ministério da Educação e resultou na formação de uma disciplina na grade curricular para educação financeira dos estudantes. Houve também a criação do concurso Todos Contam, iniciativa que promove projetos de educação financeira na educação básica portuguesa e já analisou 531 projetos de diversas escolas.

Voltando-se às micro, pequenas e médias empresas, estas são um público prioritário para a estratégia nacional, segundo o Plano (2021). Foram realizados cursos de formação para que os indivíduos participantes pudessem replicar esses conhecimentos com a classe empresarial portuguesa que, de acordo com o mesmo

Plano, promoveram 153 ações de capacitação envolvendo temas como mercado de capitais, solução de crédito e plano de negócios. Os desempregados também são contemplados com cursos de formação, entendendo que são um grupo mais vulnerável, que devem receber maior qualificação para integrar-se novamente ao mercado de trabalho. Pensando neste público, coloca-se como oportunidade de melhoria a integração dos novos produtos financeiros nos cursos de capacitação e outras atualizações nos conteúdos em função do inquérito aos empreendedores realizado naquele mesmo ano em que o documento foi escrito.

O uso das mídias sociais – nomeadamente o *Facebook* – e a criação de um site para o letramento financeiro à distância também foram contados como pontos positivos para alcançar a população nacional. Seu efeito é a capilaridade que as iniciativas ganham entre a população portuguesa, segundo o mesmo Plano (2021). Os mais impactados por esse tipo de ação de acordo com o documento são os jovens e públicos que não seriam normalmente alcançados pelos parceiros do Plano, motivo pelo qual as autoridades competentes devem continuar a investir na comunicação em meios digitais via mídias sociais, sem descuidar também do alcance que têm as mídias tradicionais.

Para os idealizadores do Plano de Formação o balanço dessas ações é positivo: destaca-se que Portugal foi bem avaliado no Programa Nacional de Avaliação dos Estudantes (PISA, na sigla em inglês), alcançando a sétima colocação. Ainda assim, o Plano reconhece que algumas metas não foram alcançadas desde a sua criação, em 2011: a cobertura de algumas ações ficou aquém do esperado e por isso, certos grupos populacionais não foram devidamente alcançados, atribuindo a isso a falta de parceria com instituições que poderiam levar o plano de educação financeira para estes mesmos grupos.

A pandemia de COVID-19 e o conseqüente aumento de vulnerabilidade das famílias também foram encarados como desafios que, segundo o Plano (2021), são desafios multifacetados que exigem soluções multifacetadas: a paralisação das atividades econômicas para promover o distanciamento social fez surgir novos grupos vulneráveis entre a população adulta, o que chamou a atenção para promover atividades voltadas à chamada *resiliência financeira*:

capacidade de indivíduos e famílias de resistir, mitigar e recuperar de choques financeiros negativos. [...] Reconhece-se, hoje, que a vulnerabilidade financeira dos consumidores pode assumir diversas formas e resultar de diferentes circunstâncias, exigindo a sua mitigação uma abordagem multifacetada (Plano Nacional de Formação Financeira, 2021, p. 16).

Para este fim, deve-se alertar as famílias primeiramente para a importância de conhecer os recursos financeiros básicos e, em seguida, poupar para resguardar-se de despesas inesperadas, a gestão do orçamento e a diversificação dos investimentos, para não perder quantias consideráveis caso um deles desvalorize e sensibilizá-las para a noção dos riscos intrínsecos a todos os produtos.

Atrelada à pandemia e à resiliência, apresenta-se a necessidade de uma economia sustentável. O motivo é que junto à pandemia pensou-se mais seriamente nas mudanças climáticas que atingem todo o mundo e, sendo um objetivo coletivo, também os cidadãos devem aprender a reutilizar os bens, fomentar a economia circular e o investimento em produtos que estejam alinhados com preocupações ambientais e sociais, contribuindo, dessa forma para que um novo modelo surja: mais resiliente e sustentável. Colocando a sustentabilidade como elemento da educação financeira, o Plano propõe a sensibilização dos portugueses nas consequências coletivas e futuras de suas opções financeiras, assim como entender os riscos de produtos que “promovem a sustentabilidade à nível ambiental, social e de governação” (Plano Nacional de Formação Financeira, 2021, p. 24) e levá-los a entender o impacto das mudanças climáticas e das políticas ambientais na macroeconomia.

A maior adesão às TICs, que já era prevista por Lévy (1999) ao abordar a digitalização e foi intensificada pelo confinamento advindo da pandemia, pode ser vista como uma oportunidade – ainda que as transações financeiras no meio digital comportem graves riscos – em que os idealizadores precisarão entrar em ação para auxiliar a população portuguesa no seu letramento financeiro. A educação financeira deve ensinar os portugueses a protegerem seus dados pessoais no ambiente virtual para não serem vítimas de fraudes, e também entender que informações enviesadas são expostas nos canais digitais, podendo afetá-los, e aqui cabe a dimensão de *avaliar*, que tanto a competência informacional quanto o letramento financeiro partilham como atitude a ser tomada pelo usuário. O conhecimento de novas características do dinheiro no mundo digital para que possam usá-las com confiança

também é uma meta a ser alcançada: criptoativos, carteiras eletrônicas, pagamentos instantâneos e *crowdfunding* são algumas que também já são utilizadas no Brasil.

O Plano declara que deve “apostar em parcerias estratégicas e recorrer à inovação tecnológica para atingir novos públicos e ter uma atuação mais célere” (2021, p. 23). Apresenta como prioridades formativas: informar sobre o acesso de produtos financeiros em canais digitais e os riscos atrelados; fomentar a sua utilização segura com comportamentos de cibersegurança; alertar para o viés contido nas informações financeiras divulgadas *online*; sensibilizar para o surgimento de novos prestadores de serviços no âmbito das finanças e as características de transações internacionais; contribuir com a inclusão digital dos portugueses que não estejam no mesmo nível dos demais.

Como novas dimensões estratégicas, o Plano de Formação Financeira propõe:

- a) reforçar a resiliência financeira das famílias;
- b) formação financeira digital, para proteger dados e proteger de crimes no mundo virtual;
- c) contribuir com a sustentabilidade;
- d) estabelecer novas linhas prioritárias “para aumentar a escala e capilaridade das iniciativas de formação financeira” (p. 25). Aqui, destaca-se o olhar para as bibliotecas públicas, citadas no Plano como autarquias locais que podem contribuir para a formação financeira;
- e) prosseguir com a formação financeira dos desempregados;
- f) prosseguir com a formação financeira para empresas;
- g) estabelecer parcerias com instituições de apoio ao cidadão;
- h) campanhas de letramento financeiro para jovens;
- i) campanhas de letramento financeiro nas mídias tradicionais.

Há uma posição claramente favorável quanto ao papel da biblioteca pública para promover o letramento financeiro na sociedade: são citadas no Plano como disseminadoras da informação, que aumentariam a capilaridade das ações do governo nas suas comunidades. Para além do documento, inclusive foi firmada uma parceria entre a Direção Geral de Livros, Arquivos e Bibliotecas e os supervisores financeiros. Com o objetivo de utilizar a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas para

esta finalidade, já gerou algumas ações concretas em algumas unidades de informação do país

O Plano conclui afirmando a necessidade de avaliar as diversas atividades em prol da educação financeira, com metodologias de aferição do seu impacto positivo na sociedade. Confronta-se, porém, com o fato de que um mesmo método de avaliação não serve para todas as atividades, e que nem todas são fáceis de aferir seu impacto. Por isso estabelece o monitoramento contínuo das atividades e quantificação do número de participantes, aferição do conhecimento dos mesmos antes e depois das ações promovidas pelo Plano, a adoção das melhores práticas conforme definidas pela OCDE, a autoavaliação de suas metas a cada cinco anos, por meio da entrevista de amostras aleatórias de cidadãos portugueses para testar seu nível de letramento financeiro, com a divulgação destes resultados. As autoridades competentes também se dispõem à proposição de estratégias nacionais de formação financeira em fóruns internacionais com base na sua experiência já madura (Plano Nacional de Formação Financeira, 2021).


### **3.1.1 Estratégia Nacional de Educação Financeira**

Com a finalidade de promover a educação financeira, fiscal e previdenciária na população brasileira durante o desenvolvimento econômico que o Brasil experimentou na primeira década deste século, instituiu-se a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), ficando sob a responsabilidade e supervisão dos seguintes órgãos: o Banco Central do Brasil (BCB), a Comissão de Valores Mobiliários, a Superintendência de Seguros Privados, a Secretaria do Tesouro Nacional, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério da Educação. Estes compõem o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF).

Atualmente, o ENEF é orientado por um Plano Diretor, Planos Transversais, que abrangem diversos setores da sociedade e são geridos por mais de um órgão, os Planos Setoriais, o qual cada órgão é responsável pelo seu e os Relatórios Anuais. Optou-se neste estudo por analisar o relatório do ano de 2018, o mais recente, a fim

de ter uma visão geral das ações realizadas para promover a cidadania financeira dos brasileiros, termo cunhado pelo próprio BCB para abranger as características de educação financeira, participação, proteção ao consumidor e proteção financeira.

#### Quadro 4 – Resumo da Estratégia

	<b>Ano:</b> 2018
	<b>Resumo:</b> Relatório das organizações competentes pela Estratégia de Educação Financeira avaliando as atividades realizadas e apresentando um demonstrativo financeiro realizado por auditoria independente.

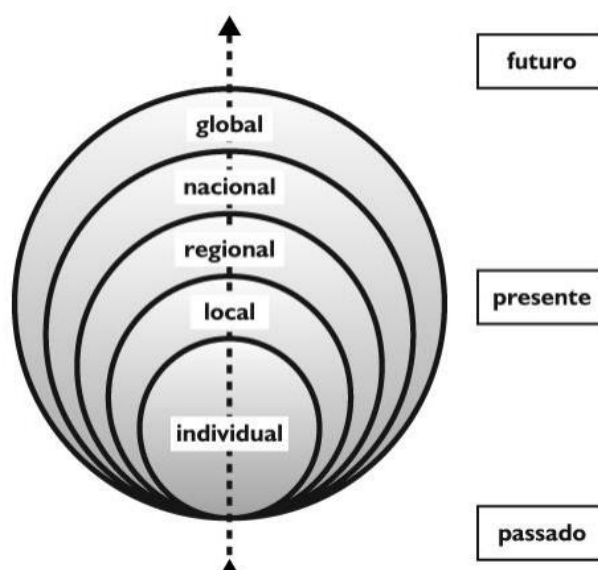
Fonte: Elaborado pelo autor.

Para entender o conceito norteador do documento, o BCB apresenta como sua a definição da OCDE, com algumas adaptações para a nossa realidade:

o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem-informadas, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (BCB, 2013, p. 3).

A perspectiva de educação financeira para o Comitê também é abrangente e de longo prazo, não se limitando a ações pontuais e breves, como indica a imagem abaixo:

**Figura 1** – Dimensões espacial e temporal da educação financeira



Fonte: Banco Central do Brasil (2013)

A adoção de políticas e iniciativas voltadas para a educação financeira dos brasileiros é pensada como um encadeamento de atitudes relacionadas no espaço-tempo, ou seja, as finanças pessoais de uma pessoa ou de um núcleo familiar podem afetar coletivamente sua localidade e ir se expandindo até o nível mais amplo, o global. Essas atitudes, além do mais, se perpetuam no tempo, já que atitudes que tomamos no passado afetam nossa situação financeira atual – positiva ou negativamente – e poderão inclusive estender-se ao futuro.

Considerando que as crianças e jovens são vistos como os principais alvos das iniciativas brasileiras (BCB, 2013), o CONEF, em parcerias com Institutos de Ensino Superior e as Secretarias de Educação estaduais, ocupou-se da criação de polos de educação financeira, nos quais professores da rede estadual de ensino poderiam receber a formação necessária para repassá-la aos seus alunos, mediante cursos de extensão e de especialização na modalidade virtual.

Os ministradores dos cursos são professores da área de Finanças, Economia, Contabilidade, Educação Fiscal, Ambiental e Empreendedora, Psicologia e outras (Associação, 2018). A expectativa é que a formação dos docentes resulte em disseminação da informação para os alunos, com a respectiva mudança de atitudes perante questões financeiras e que estas impactem suas famílias e comunidades. Até o momento de lançamento do relatório, havia polos de educação financeira em cinco estados: Minas Gerais, Paraíba, Tocantins e Rio Grande do Sul.

A Ludificação<sup>3</sup> do letramento financeiro também faz parte da estratégia, concretizada no jogo virtual *Tá O\$\$o*, disponível gratuitamente. Seu objetivo é ser utilizado como apoio para os professores nas aulas de Educação Financeira para crianças acima de 7 anos. O jogo é estruturado conforme a metodologia *edutertainment* (educação e entretenimento) e estimula ao consumo consciente e à mudança de comportamento ante os produtos financeiros, por meio da dinâmica denominada “Jogos de Simulação da Vida Real” (AEF, 2018, p. 11), em que o jogador adquire recursos no jogo e aprende a administrá-los, o que lhe permite receber recompensas caso seja bem-sucedido. Também são postas situações de adversidade ao longo das fases, para que tome decisões, preparando-o para ocasiões semelhantes na vida real. Além disso, para estimular a competição entre os jogadores, foi incluída uma ferramenta que permite ver a pontuação de cada um, o que, além de favorecer a boa competição, permite a geração de relatórios personalizados. O jogo está acessível para computador, *smartphones* e *tablets*.

Ainda no mundo virtual, foi desenvolvido o *website* Vida e Dinheiro, que oferece acessibilidade gratuita a conteúdos financeiros. Definido no relatório como “plataforma integradora” (2018, p. 14), os usuários podem acessar trabalhos acadêmicos relacionados ao tema, um mapa com informações de ações voltadas à educação financeira no Brasil e amostras de dados da ENEF. A plataforma integradora Vida e Dinheiro é vista como uma importante política pública, por garantir acesso gratuito de letramento financeiro aos cidadãos.

O principal evento do âmbito da ENEF é a Semana da Educação Financeira, de acordo com o Fórum Brasileiro de Educação Financeira, fundado em 2020 para dinamizar as ações à ENEF. É um evento de amplitude nacional em que

[...] há um esforço de uma série de parceiros institucionais para dar evidência e chamar atenção da sociedade para a temática. Desde sua primeira edição, a Semana ENEF vem ganhando força e importância graças ao envolvimento de instituições do setor público, do setor cooperativista, do setor bancário e suas entidades de classe, do setor securitário, de fundos de pensão, além da academia e da sociedade civil. (Relatório..., 2022, p. 3)

---

<sup>3</sup> Aprendizado por meio do design e mecânica de jogos, também conhecida como gamificação (do inglês *game*)

Atualmente, o evento anual traz um tema para ser trabalhado pelos diversos participantes e um site para divulgação do evento e como repositório de relatórios sobre letramento financeiro (Relatório..., 2022).

No âmbito das parcerias, há Projeto Itinerante, que, em parceria com o Serasa Experian, disponibiliza ferramentas para ajudar indivíduos, empresas e empreendedores a buscar as melhores soluções para reduzir riscos de crédito e oferece cursos de especialização para professores das redes municipais. Até 2018, relata-se que mais de 1.500 professores passaram pelos cursos, os quais 99,10% responderam em questionário que aplicariam tópicos de educação financeira nas suas aulas. (AEF, 2018).

Ainda sobre parcerias, Semana ENEF objetiva promover anualmente ações de educação financeira que estejam em sintonia com a Estratégia Nacional de Educação Financeira, com a participação de entidades públicas e privadas. Uma de suas edições inclusive contou com a presença de influenciadores digitais brasileiros da área das finanças, que também prestam serviço de letramento financeiro: Nathalia Arcuri, do canal *Me Poupe!*, da mídia digital Youtube, e Thiago Nigro, do canal *Primo Rico*.

O CONEF, a fim de dar visibilidade às iniciativas já existentes neste sentido no Brasil, também estabeleceu o Selo ENEF, podendo ser contemplados empresas públicas ou privadas, pessoas físicas ou jurídicas que estejam de acordo com os objetivos e diretrizes da Estratégia. Segundo o relatório, procurou-se ainda dar maior destaque “tanto às iniciativas inclusivas (aquelas que permitirem a participação da comunidade) quanto aquelas voltadas para públicos específicos (população carcerária, indígenas, quilombolas, entre outros)” (AEF, 2018, p. 21). Para encontrar iniciativas sujeitas ao recebimento do Selo ENEF, a CONEF realizou um Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira, que ainda serve como referência para a adoção de demais políticas públicas.

Em união com a Bolsa de Valores do Brasil, profissionais da educação puderam reunir-se para o I Workshop de Co-criação sobre Educação Financeira nas Escolas. No depoimento de uma das participantes, realça-se que a construção coletiva é “uma estratégia que possibilita agregar diferentes percepções e enriquecer o trabalho por meio do compartilhamento de saberes e experiências.” (AEF, 2018, p.26).

A Estratégia foca em atingir grupos populacionais diversos, entendendo que cada um possui diferentes necessidades que exigem graus distintos de letramento financeiro. Por isso, estabeleceu-se um programa de educação financeira voltado para mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família <sup>4</sup> e pessoas aposentadas: as oficinas *Futuro na Mão* chegaram a 24 estados, incluindo o Distrito Federal, e as tecnologias sociais, produzidas com apoio do Ministério da Fazenda e Desenvolvimento Social incluem-se neste projeto de alcance de parcelas mais vulneráveis da população.

Por fim, o relatório apresenta um anexo com o demonstrativo financeiro das ações empreendidas nos anos de 2018 e 2017, realizadas por uma auditoria independente.

---

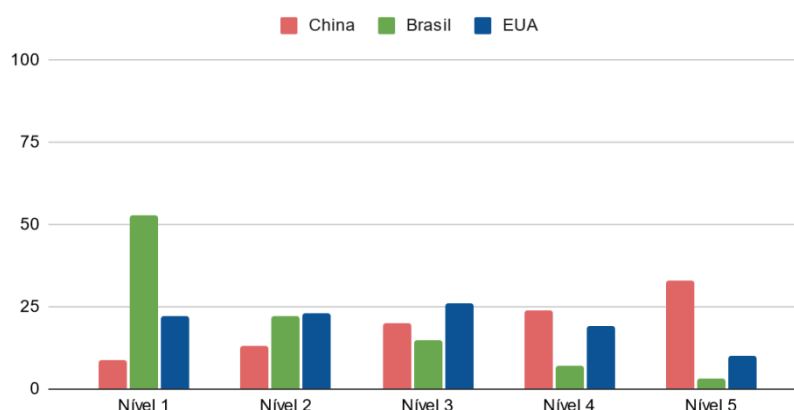
<sup>4</sup> O Bolsa Família é um programa de transferência de renda para famílias pobres do Brasil, que busca integrar políticas públicas.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Diante da questão se os brasileiros estão recebendo subsídios para um letramento financeiro adequado, Carvalho e Carlo (2021) apresentam os dados colhidos no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) do ano de 2015, um indicador global da educação dos jovens de diferentes nações, a fim de mostrar as desigualdades existentes, de forma que os governos tomem medidas corretivas para o eventual desempenho ruim de seus alunos.

A partir dos dados coletados pelos autores supracitados, o gráfico abaixo demonstra os níveis de letramento da amostra de brasileiros em comparação com os níveis estadunidenses, os quais foram abordados neste trabalho e a nação que mais produz artigos acerca do tema (Sholappur; Hilagabali; Kolle, 2023) e os chineses, o povo mais bem colocado na avaliação daquele ano:

**Gráfico 2 – Relação nação x nível no PISA 2015**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se constatar o que foi afirmado acima: a quantidade alarmante de estudantes no nível mais básico de letramento financeiro, bem superior à China, a mais bem colocada no ranking e aos Estados Unidos, onde o movimento do letramento e sua aplicação ostensiva em bibliotecas públicas começou. Enquanto ambos os países conservam certa estabilidade na gradação de níveis, o Brasil diminuiu drasticamente, até que apenas 3% dos brasileiros avaliados tenha alcançado o nível mais alto. Isso demonstra a desigualdade na educação financeira dos jovens do nosso país. Ainda, dos 23.141 alunos e 8.887 professores de 841 escolas avaliados no

questo *letramento financeiro*, em uma escala de cinco níveis, sendo o Nível 1 o mais baixo e o Nível 5, mais elevado, 75% obtiveram uma pontuação baixa (os níveis 1 e 2). Ainda, o Brasil foi o único país com mais da metade – 53% da amostra de brasileiros – a atingir o nível mais baixo.

A definição da própria OECD para o nível 1, que concentra o maior número de estudantes da nossa nação, é a seguinte:

[...] apresentam habilidade de letramento financeiro básico. Eles podem identificar produtos e contratos financeiros comuns, e interpretar informação relacionada a conceitos financeiros básicos, tais como reconhecer o propósito de uma fatura. Eles podem reconhecer a diferença entre necessidades e desejos e conseguem fazer decisões simples sobre gastos do dia a dia, tais como reconhecimento do valor e comparação de preços por unidade. Estudantes neste nível também conseguem aplicar operações numéricas básicas, tais como adição, subtração e multiplicação relacionados às finanças, quando se deparam com tais situações (OECD, 2015, p. 76, tradução nossa).

Já para os que alcançaram o nível 5, os

estudantes conseguem aplicar seu entendimento de um amplo escopo de termos e conceitos financeiros a contextos que poderão apenas se tornar relevantes para suas vidas a longo prazo. Eles podem analisar produtos financeiros complexos e podem levar em conta traços de documentos financeiros que sejam significativos, mas nebulosos ou não imediatamente evidentes, tais como custos de transações. Eles podem trabalhar com acurácia elevada e resolver problemas financeiros que não componham a rotina, e podem descrever os possíveis resultados de decisões financeiras (OECD, 2015 p. 78, tradução nossa).

Portanto, segundo os parâmetros da organização, os estudantes que pontuaram o suficiente para ficarem apenas no nível mais baixo de letramento não tem a devida capacidade de pensar sobre seus recursos financeiros e tomar decisões em circunstâncias atípicas, não conseguem perceber os melindres existentes em determinadas transações que poderão se tornar onerosas para eles e não pensam concretamente sua situação financeira a longo prazo. Delineia-se assim, uma situação grave, considerando que tratamos de jovens homens e mulheres que estão apenas começando suas vidas, com sonhos e planos que demandarão recursos financeiros, e precisam justamente pensar à longo prazo.

O relatório PISA não busca apresentar soluções concretas, mas orientar as autoridades nacionais a partir de dados e propostas mais gerais, entre as quais figura

a aquisição de conhecimentos do assunto também fora da escola. A OECD (2015) reconhece que as investidas a favor de um melhor letramento dentro da escola são recentes – quando os países os aplicam – e ainda é cedo para avaliar seus resultados positivos. Mas insiste que devem acontecer em ambos os casos, isto é, dentro e fora do espaço escolar, o que nos permite pensar na biblioteca pública como um espaço relevante de elevação dos níveis de letramento financeiro, como é a proposta deste trabalho.

Além disso, dados do Banco Central apontam os níveis de inadimplência subindo e a alta parcela de 28,7% dos salários das famílias para pagarem dívidas (Cavalcanti; Doca, 2022). Isto dificulta a melhora na economia por travar o consumo de bens, além de atingir as famílias mais pobres. Apesar do governo federal buscar uma solução pela renegociação de dívidas, esta medida é apenas emergencial, posto que não resolve a estrutura dos problemas que levam os brasileiros a se tornarem inadimplentes. Faz-se necessárias medidas estruturais, que passam pela competência das pessoas em entender como o dinheiro funciona, a importância de investimentos seguros e gestão de riscos para atingir os resultados pessoais e familiares. Evidencia-se, ainda, que a parcela da população de cor preta e parda figuram entre os periféricos e pobres no Brasil, fazendo surgir a necessidade de programas específicos que oferecem resolução das barreiras deste grupo em alcançar a almejada saúde financeira.

No âmbito brasileiro, a ENEF é uma política pública universalista<sup>5</sup> de finalidade compensatória, que busca remediar os efeitos negativos da inadimplência e falta de

---

<sup>5</sup> Segundo documento produzido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (2010), uma política pública é uma ação imperativa do Estado a fim de valer a manutenção dos seus compromissos para com os cidadãos, sendo *pública* por causa da autoridade e legitimidade do governo que a aplica. Pode ser imposta às diversas dimensões da sociedade, como a vida financeira dos indivíduos e famílias, tema neste trabalho estudado. Podem ser classificadas tanto quanto à finalidade e quanto ao alcance. As de finalidade preventiva “visam a minimizar ou impedir a ocorrência de problema social grave”, enquanto as compensatórias “visam a solucionar problemas gerados pela ineficiência do sistema político em assegurar a coesão e o equilíbrio sociais, ou seja, remediaram problemas gerados em larga escala por ineficiência de políticas preventivas anteriores” (Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2010, p.6). Já no que diz respeito ao alcance, podem ser universalistas se querem atingir toda a sociedade ou focalizadas, se almejam atingir uma parcela do corpo social.

planejamento financeiro da população, por meio de ações educativas e parcerias com órgãos privados e públicos, sobretudo atingindo crianças e adolescentes, da mesma forma que o Plano de Formação Financeira, no âmbito português. Já o documento estadunidense não pode ser considerado política pública, pelo seu autor institucional ser uma associação profissional, sem efeito normativo para a sociedade dos Estados Unidos, portanto (porém, tem o mérito de ser a única nação em que uma associação de profissionais de informação já tenha se pronunciado oficialmente sobre o tema letramento financeiro). Permanece, contudo, sua relevância pelos motivos supracitados, a saber: a importância internacional da ALA, a produção científica ostensiva do país acerca do tema – a maior do mundo - e sua experiência comprovada em fornecer informações financeiras para a população por meio de bibliotecas.

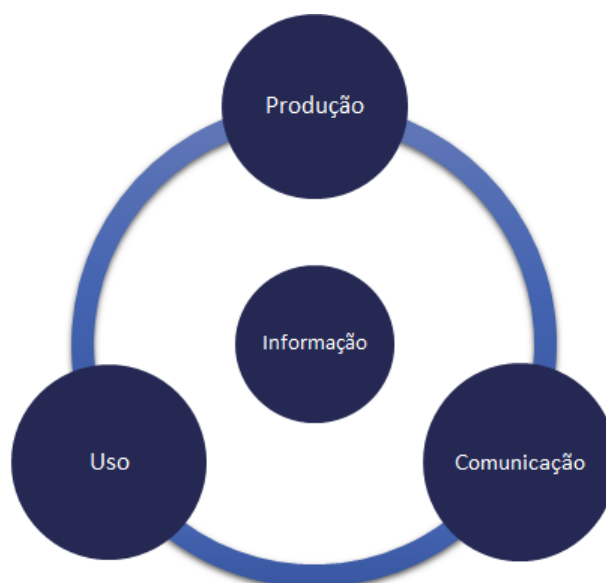
Neste sentido, ambas as políticas públicas e as *Guidelines* analisadas buscam favorecer o processo de letramento financeiro das suas respectivas populações, a fim de que, com conhecimentos básicos ante a complexidade de ofertas – e riscos – que a conjuntura financeira oferece, eduquem-se ao longo da vida para tomarem as melhores decisões. As bibliotecas públicas tornam-se importantes aliadas nesse objetivo pela sua missão que, conforme define a IFLA, é “prover as condições básicas para o aprendizado contínuo, tomadas de decisão independentes e o desenvolvimento cultural de indivíduos e grupos sociais” (IFLA, 2022, p. 1). Em um contexto de mudanças emergentes, inclusive no âmbito financeiro, uma unidade informacional em que a comunidade se sinta segura para encontrar informações de qualidade, produzida por autoridades competentes e livre de viés, é um grande auxílio, sobretudo para as classes populares que nem sempre tem acesso às fontes de informação para suprir suas necessidades.

O bibliotecário, isto é, o profissional devidamente formado em Biblioteconomia tem um papel preponderante de ser o “intermediário ativo entre usuários e fontes, tanto digitais como tradicionais” (IFLA, 2022, p. 3) favorecendo o acesso universal de conteúdos de informação financeira, dispendo-se à produção de atividades variadas, firmando parcerias e desenvolvendo as coleções para que se alcance a finalidade de educação financeira da população. Trata-se, portanto, de um trabalho conjunto entre a equipe da biblioteca, profissionais da educação e os governos, cujos planos referindo-se à educação financeira analisaremos a seguir.

Tanto a Estratégia do Brasil como o Plano de Portugal preocupam-se em produzir materiais específicos para as diferentes faixas etárias, o que se comprovou pela experiência estadunidense durante a crise econômica de ser o mais eficaz, além de ser do senso comum que em cada idade estão presentes diferentes necessidades e desafios na vida financeira. De acordo com Rustomfram e Robinson (2015), os cidadãos podem beneficiar-se desse material informacional vindo dos governos por serem imparciais, gratuitos e conforme a necessidade específica que uma pessoa encontre, no que tange às finanças. As crianças e adolescentes são um público estratégico para a ENEF porque poderão aplicar tais conhecimentos ao longo da vida, prevenindo-se de consequências negativas no futuro; o Plano Nacional de Formação Financeira estabelece como linha de ação prioritária as ações nas escolas, para formar as crianças e adolescentes portugueses, entendendo ainda que sua participação mais ativa no mundo virtual os expõe a perigos que precisam ser prevenidos pela cibersegurança.

No âmbito brasileiro, o entendimento que os cidadãos em idade escolar se tornarão disseminadores do letramento financeiro para suas famílias corrobora o ciclo de informação proposto por Le Coadic (1996), em que a comunicação tanto produz o uso e a construção da informação como é por eles produzido, conforme indica a figura abaixo:

**Figura 2 – Ciclo da informação**



Fonte: Francisco Foz (2022)

Ao entender a comunicação como um processo intermediário entre a construção e o uso de informações (Le Coadic, 1996), os alunos comunicam as informações financeiras construídas em sala de aula pelas ações da política pública para suas famílias; estas passam a usar em alguma medida aquilo que foi comunicado no planejamento financeiro; e seu uso constrói novos sentidos e soluções de vida financeira. Por sua vez, tanto a construção como o uso da informação que os estudantes/famílias fazem pode, por si, comunicá-la a outros em sua comunidade ou retornar para a escola sob a forma de questionamentos e enriquecimento do debate, já que no ciclo cada componente pode realizar próximas etapas ou ser consequências destas, sem uma direção única.

Percebe-se um foco de ação no mundo virtual para realizar as ações de letramento financeiro, por meio de *games*, *websites* e páginas em mídias sociais. Não se pode negar que hoje as TICs integram a vida social de tal forma que é difícil imaginar uma pessoa se comunicando e vivendo sem elas. Mas essa concentração dos esforços não é justa, dado que seria insensato pensar que todos os cidadãos têm acesso à internet, como se esta imersão no mundo virtual não fosse algo condicionado a um certo sistema socioeconômico, presente mais intensamente em certas regiões do Brasil e com maior taxa de adesão entre certas gerações.

Portanto, não podemos naturalizar a tecnologia e esquecer de tantos que ainda não estão digitalmente inclusos, pois esses têm todo o direito a educar-se financeiramente, bem como não podemos ignorar que não basta que uma informação esteja presente na Internet para que seja acessada, mas que haja intermediários entre o usuário, com uma necessidade informacional, e aquilo que busca.

González (2009) já apresentava que a digitalização na América Latina não era um processo orgânico, mas proposto de maneira hierárquica pelas instituições que detinham, à época, os recursos tecnológicos. Para o autor, um discurso que não levava em conta as reais necessidades e oportunidades de melhoria que as TICs poderiam trazer às populações latino-americanas seria apenas propaganda. Fato é que, ao chegar ao Brasil, novas soluções tomadas a partir da tecnologia foram tomadas para facilitar o cotidiano brasileiro, sendo necessário, porém, um nível de educação financeira que nem sempre acompanha a chegada das novidades. Ainda, as informações financeiras presentes na *Web* demandam um conhecimento prévio que, de acordo com Esheted-Alkalai (*apud* Botelho-Francisco, 2004), é já um letramento: *computer literacy*. Tornar um conhecimento crucial - tão crucial “quanto o letramento no sentido clássico foi quando da mudança para a sociedade industrial” (Robinson; Rustomfram, 2015, tradução nossa) - menos viável não é um método salutar para a saúde financeira dos indivíduos, daí que sejam necessárias ações via mídias de massa tradicionais, conforme proposto no Plano português (Plano..., 2021).

Neste contexto, surgem as bibliotecas públicas e sua equipe para prestar um serviço de referência de qualidade entre os usuários e este conteúdo produzido pelo governo. Já em Portugal se considera adotar como uma de suas prioridades para o letramento dos cidadãos o uso de bibliotecas, dentre outras autarquias locais. No caso brasileiro, as bibliotecas não foram mencionadas, sequer a tipologia *biblioteca escolar*, mesmo que a formação de professores e a escola tenham sido citados frequentemente na Estratégia.

Conforme Campello (2009), esta tipologia e o bibliotecário que nela atua exercem uma função educativa que colabora com a dos professores, e poderia muito bem auxiliar os alunos a buscarem, localizarem e acessarem informações financeiras. Com enfoque nesta tipologia, a IFLA publicou um manifesto (2021) em que define a sua missão como a formação de estudantes com pensamento crítico, leitores eficazes

e usuários responsáveis da informação. O bibliotecário escolar deve estar capacitado para ensinar letramentos e competências diversas. Portanto, tanto a unidade de informação quanto a sua equipe podem – ou deveriam – estar capacitados para fornecer o letramento financeiro, porém não são contemplados no documento brasileiro.

O Manifesto para as bibliotecas públicas da IFLA afirma que estas têm o dever de fornecer conhecimentos “sem barreiras comerciais, tecnológicas ou legais” (2022, p. 1). A divulgação do material produzido por iniciativas privadas acerca deste tema, quando muito do que se encontra sobre informação financeira de qualidade é pago ou está submetido aos interesses das organizações que a produzem. Seria um enorme contributo para as comunidades que estas unidades de informação servem, como podemos conferir no caso da Biblioteca Pública de Belgrado, apresentada por Spiranec, Zorica e Simoncic (2012), que o material governamental fosse amplamente disseminado. Desta maneira, impede-se de tornar a inclusão dos indivíduos na internet como algo apenas aparente, quando na realidade se geraria novos privilégios e a exclusão dos mesmos grupos de pessoas de sempre, mas de maneira nova (González, 2008). Afinal, a informação fornecida pelo governo é gratuita e imparcial, podendo atender as classes mais baixas, para as quais as bibliotecas públicas deveriam ter olhar privilegiado quando se trata de letramento financeiro porque não tem a mesma capacidade de pagar pelas fontes de informação como as classes média e alta, como aponta Faulkner (2022).

Esse uso da biblioteca pública pelos usuários menos favorecidos revela sua particular importância quando notamos que a juventude brasileira continua com níveis de letramento financeiro abaixo da média PISA (2015, 2018) e as autoridades devem fazer uso de todos os meios possíveis para reverter a situação. De acordo com dados fornecidos pela instituição, há uma diferença de 16% de performance entre alunos com condição socioeconômica superior (com maior pontuação) e alunos com condição socioeconômica inferior (menor pontuação) com temas relativos ao letramento financeiro.

A Estratégia brasileira realizou uma parceria com a Serasa Experian, para fornecer ferramentas de educação financeira e cursos de capacitação, o que está

alinhado às diretrizes da RUSA de estabelecer parcerias. A partir de dados colhidos das bibliotecas estadunidenses, ressaltam a relevância dessa prática:

Como relatado em *Libraries Connect Communities: Public Library Funding & Technology Access Study 2011-2011*, 50% das bibliotecas relatam ter uma equipe insuficiente para confrontar as necessidades de busca por emprego dos usuários [...] e pelo terceiro ano consecutivo, 40% das bibliotecas estatais reportam queda no repasse do Estado para bibliotecas públicas. Parcerias são criticamente importantes tanto para uma implantação bem-sucedida como para a sustentabilidade de programas de letramento financeiro baseados em bibliotecas (RUSA, 2015, p. 10, tradução nossa).

As bibliotecas públicas, conforme assinala Ashley Faulkner (2022) em uma de suas pesquisas, sobre a presença de coleções referentes ao letramento financeiro nas bibliotecas estadunidenses devem dar atenção especial ao assunto orçamentário, em consonância com o entendimento da RUSA (2015). Tanto a Estratégia quanto o Plano possuem programas variados que incluem também esta importante parte da educação financeira, na qual são definidos o percentual da renda destinado às diversas necessidades e desejos das famílias. Segundo a autora, neste assunto para o qual cada usuário terá necessidades específicas, caberá a elaboração de eventos nas bibliotecas, como palestras e formações em parceria com especialistas, e ainda o apoio do bibliotecário diante das suas dúvidas. E será até benéfico se as coleções e eventos ministrados trazerem perspectivas díspares quanto à gestão das finanças.

Acerca da presença do bibliotecário e da biblioteca pública nos casos analisados, constatou-se que o Plano português cita textualmente a relevância da biblioteca pública na educação financeira, colocando-a ao lado das autarquias locais para “promover iniciativas de formação financeira de elevada capilaridade regional junto de diferentes públicos e reforçar a sua resiliência financeira” (Plano Nacional de Formação Financeira, 2021, p. 26). Além disso, no site oficial do Plano, o Todos Contam, há notícias que ressaltam as parcerias entre os supervisores responsáveis pelo cumprimento do Plano de Formação Financeira e a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Entende-se, segundo as matérias em questão, que a biblioteca pública pode aumentar a capilaridade regional do letramento financeiro, sendo sua equipe uma aliada nesse objetivo.

As *Guidelines*, apesar de serem um documento produzido pela classe profissional bibliotecária e tratarem deste ofício em específico, dão testemunho da

importância que as bibliotecas públicas têm para a sociedade estadunidense e como já estão engajadas de longa data na educação financeira da população. As boas práticas disseminadas pelo documento estão em consonância com as afirmações da OCDE acerca do tema, como o programa de mentoria de educação financeira para estudantes, que faz uso de voluntários que passariam por treinamentos oferecidos pela biblioteca pública para auxiliar seus colegas. Desta forma, tanto o letramento setorizado por faixa etária quanto a participação ativa da comunidade são consideradas no processo de letramento.

Já no caso brasileiro, constata-se a ausência da biblioteca pública. Na verdade, as bibliotecas, quaisquer que sejam suas tipologias, não são citadas em momento algum. Até o relatório de 2018, praticamente todos os esforços são voltados para a educação de nível básico, com a formação de professores, workshops para profissionais da área e a produção de um *video-game* dialoga com a prática educacional, dado que os professores podem consultar a pontuação e o progresso dos jogadores.

Porém, nem mesmo a biblioteca escolar ou o bibliotecário que ali trabalha, e são agentes educacionais que auxiliam na construção de conhecimentos para além da sala de aula (Campello, 2009) são mencionados como aptos para receberem as formações nos polos de educação financeira ou como participantes no Workshop de Co-criação. O espaço da biblioteca – seja pública ou escolar - também não aparece como potencial para a realização de atividades propostas pelo ENEF, ainda que experiências positivas sejam registradas pela literatura especializada no caso da Europa Oriental (Spiranec; Zorica; Simoncic, 2012).

Essa invisibilidade pode se dever à não-aplicação da Lei 12.244/2010, que dispõe da universalização das bibliotecas nas escolas, com a presença de um bibliotecário para sua gestão. Sendo fato conhecido que, cumprido o prazo de dez anos previsto pela lei, as bibliotecas escolares ainda não são uma presença abrangente e eficaz no Brasil, as autoridades competentes pela realização da ENEF não consideram em suas ações seja esta unidade de informação, seja o profissional que nela atua, voltando-se apenas para o componente mais basilar da educação formal: a relação professor-aluno.

Segundo Ana Lúcia Medeiros (2010), vê a biblioteca pública dentro do contexto das políticas públicas, entre as quais figura a ENEF, dado que seu papel é disponibilizar a fruição da cultura para a toda comunidade a que serve. Porém, segundo ela

A Reforma do Ensino do 1o e 2o graus, estabelecida na Lei no 5.692/71, influenciou mais uma vez a política de bibliotecas. Com ela ocorre o fenômeno da escolarização dessas instituições, devido ao fortalecimento dos livros didáticos e da obrigatoriedade da pesquisa escolar. Como não havia – e ainda não há – bibliotecas na maioria das escolas brasileiras, as bibliotecas públicas ocuparam este espaço, em franco detrimento de sua função precípua de atender a todos os segmentos da sociedade. Assim, as bibliotecas públicas perderam seu foco, transformando-se em mais um espaço para a educação formal quase que exclusivamente. [...] Cabe observar que as bibliotecas públicas devem participar efetivamente da educação formal como parceira, e não como uma continuação canhestra das salas de aula (Medeiros, 2010, p. 28).

Este tipo de unidade de informação sofreu ao longo das décadas um desvio de função no Brasil. Não sendo vista como relevante para toda a sociedade, não atenderia sua comunidade com ações de letramento financeiro como as promovidas pela ENEF; e não tendo mais a mesma relevância para as atividades escolares, com o advento da internet banda larga e seus mecanismos de pesquisa, sequer aparece como opção de letramento financeiro para os cidadãos em idade escolar! A biblioteca pública, encontra-se, assim, em uma espécie de limbo sem a visibilidade querida para a promoção de políticas públicas que visem a cidadania financeira dos brasileiros.

Percebe-se também na ENEF uma valorização das mídias sociais na promoção do letramento financeiro, o que foi reforçado mais recentemente, como se percebe no Relatório do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (2022), com a inserção da mídia TikTok, por exemplo. Mídias tradicionais são desconsideradas, ao contrário do Plano de Formação Financeira (2021) português, que reconhece ainda ser válido para alcançar cidadãos das faixas etárias mais avançadas ou de regiões do país em que a digitalização não esteja tão avançada. A biblioteca pública não pode ser categorizada como uma mídia, mas ainda assim é um elemento cultural tradicional, dado seus séculos de existência, sendo um sintoma que não esteja presente na estratégia brasileira essa insistência em meios digitais.

Ainda assim, não são nulos os esforços por alcançar os setores da população que não estejam tão integrados na vida digital, como a classe média e os idosos: a ENEF prevê campanhas de educação financeira voltados para ele e nesse sentido, segue as boas práticas propostas pela RUSA (2015), assim como o Plano português. A razão desta prática de deve ao fato de que esses setores enfrentam problemas específicos que o letramento financeiro pode ajudar a superar, nomeadamente a aposentadoria, os custos decorrentes da velhice, a gestão de recursos advindos de programas sociais com o Bolsa-Família e a conscientização de políticas públicas que os ajudem a poupar dinheiro, se enquadrados na posição socioeconômica pertinente para recebê-las. Essa ação também é endossada por Lusardi (2008), que no contexto estadunidense observa grupos sociais que estão mais vulneráveis por uma menor taxa de letramento financeiro: mulheres, negros, latino-americanos e idosos.

Outro ponto avaliado na literatura como boa prática (RUSA, 2015) e aplicado no caso brasileiro é o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas para a promoção de ações voltadas ao letramento financeiro. A própria existência do CONEF já evidencia um esforço conjunto de diversos setores da Administração Pública em prol desse objetivo comum; a participação da empresa Serasa Experian também ajudaria a ampliar o raio de ação e a eficácia das atividades, que não estariam ao cargo apenas do setor público, mas também do privado, com seus recursos monetários e experiência no trato com os consumidores e empreendedores brasileiros.

Na perspectiva da biblioteca pública, a necessidade de firmar parcerias, para além do objetivo do letramento financeiro, é vista como uma necessidade para que ela cumpra primeiramente sua missão: que a informação e a cultura estejam acessíveis a um público cada vez mais abrangente e diversificado (IFLA, 2022). Tratando-se de implantar na comunidade a que serve um programa de educação financeira eficaz, isto torna-se mais importante dado que a equipe da biblioteca dificilmente terá formação específica para finanças. Acrescente-se a isso a vantagem das bibliotecas públicas de não dependerem, geralmente, das decisões de gestores de uma organização a que esteja subordinada para firmar acordos com instituições privadas – como uma biblioteca universitária ou especializada vinculada a uma empresa, por exemplo (RUSA, 2015).

Dedicando um espaço maior a esta boa prática em suas *Guidelines*, a RUSA afirma que

As parcerias mais bem-sucedidas e duradouras costumam beneficiar ambos os lados. Isso pode se dar por compartilharem uma missão ou propósito, para partilhar ou acrescentar a audiência um do outro, ou porque cada parceiro preenche uma necessidade do outro em termos de espaço, habilidades de marketing, pessoal ou outros recursos tangíveis. Parcerias são bem-sucedidas quando ambos se beneficiam e partilham o interesse de auxiliar um ao outro (RUSA, 2015, p. 18. Tradução nossa).

As autoridades responsáveis pela ENEF podem acrescentar ainda mais uma parceria eficaz, que beneficiará ambos os lados: as bibliotecas públicas. Estas poderão ceder espaço para as atividades, receberão maior atenção da comunidade onde sua influência está solapada, fornecerão as coleções disponíveis para complementar a educação financeira da audiência ou receberão verba por parte da ENEF para compor um acervo especializado em finanças, o que favorecerá o acesso e uso das informações financeiras por parte das classes baixas, como assinala Faulkner (2022b), colocando-o junto ao material informacional fornecido nesse governo como capazes de suprir essa lacuna.

No que tange à biblioteca pública, parcerias com as escolas da região, sobretudo as da rede pública - que costumam abarcar um contingente de alunos advindos das classes mais baixas – seria valiosa, já que não podemos questionar o valor da educação formal, que é tido pelos estudantes como a principal fonte de informação financeira depois dos pais, segundo a PISA (2018) e nem negar que estes sejam os alvos principais das ações de letramento financeiro no contexto brasileiro (Fórum Brasileiro de Educação Financeira, 2022). É preciso, porém, haver cautela para que as ações promovidas pela unidade de informação em questão não se limitem a alcançar os estudantes, corroborando a ideia de ser uma “continuação canhestra das salas de aula” (Medeiros, 2010, p. 28) e fugindo à sua missão de promover informação para a totalidade da comunidade a que serve.

Concluindo, à luz dos documentos selecionados para o estudo comparativo, podemos avaliar as bibliotecas públicas como atores importantes na promoção da educação financeira, pela natureza da sua missão e pela qualificação da equipe que trabalha nelas. O recorte de idade para pensar ações de letramento, o trabalho conjunto com o ambiente escolar, parcerias com instituições privadas – desde que

resguardada a informação livre de vieses para o bem dos usuários - e a elaboração de atividades que orientem às operações financeiras, das mais simples às mais complexas, sem necessariamente criar novas rotinas nas bibliotecas, mas inserindo os temas nos serviços que já são oferecidos são caminhos para os profissionais da informação a partir deste estudo comparativo. Intenta-se com isso melhor servir à população brasileira na sua necessidade informacional.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O letramento financeiro é uma necessidade do complexo mundo atual e um importante aspecto da Biblioteconomia, embora subestimado no ambiente acadêmico brasileiro. O presente trabalho de conclusão de curso procurou estabelecer a relação entre letramento financeiro e as bibliotecas públicas, tomando como estudo os documentos de três nações distintas a respeito do tema. Investigou-se a continuidade entre o conceito de competência informacional, surgido na segunda metade do século passado e amplamente difundido como função da classe bibliotecária na sociedade, e o letramento financeiro como uma extensão daquele na esfera financeira. Avaliou-se seu desenrolar histórico nas bibliotecas públicas dos Estados Unidos durante a crise econômica de 2008, sua correlação com outras áreas de conhecimento e a pouca receptividade entre os acadêmicos de Biblioteconomia no Brasil.

Assumindo como metodologia qualitativa o estudo comparativo, tomou-se dois relatórios oficiais dos governos federais do Brasil e Portugal e a compilação de orientações e boas práticas da ALA, associação estadunidense de profissionais de Biblioteconomia, para investigar o papel que a biblioteca pública poderia ter no objetivo de educar financeiramente os cidadãos de uma nação, dentro dos limites da sua missão. Considerando sua importância e o fato de todos os países cujos documentos estudados terem algum grau de membresia com a instituição, também se analisou os relatórios da PISA, realizados pela OCDE, dos anos de 2015 e 2018 acerca da avaliação dos níveis de letramento financeiro dos estudantes de países participantes.

Com base na sua rica experiência e produção acadêmica, por meio da ALA os bibliotecários estadunidenses propõem uma série de orientações que tangem ao acesso de fontes de informação, treinamento da equipe, estabelecimento de parcerias e advertências para que estas sejam benéficas, impacto de ações para setores específicos da comunidade, atividades que abordem as diversas operações financeiras que um indivíduo ou família devem efetuar: poupança, investimento, aquisição de renda, empréstimo e crédito. O documento também expõe casos bem-sucedidos no contexto americano e reforça que as suas propostas são “dinâmicas,

adaptáveis e flexíveis” (RUSA, 2015, p. 4) para cada realidade. Desta forma, o caso da associação americana de bibliotecários é referencial.

O documento português, sendo um relatório do governo representado nas autoridades competentes do setor financeiro, faz um balanço positivo das ações de letramento financeiro entre os cidadãos. Apresenta o nível satisfatório que os estudantes lusitanos alcançaram no teste PISA, as diversas ações voltadas para setores específicos da sociedade e o uso da internet para disponibilizar ao máximo possível o material informacional do Plano de Formação Financeira. Tratando dos pontos a melhorar, aborda o uso de instituições do poder público que podem ser usados para uma atuação mais ampla, citando textualmente a biblioteca pública. Além disso, as autoridades competentes do Plano firmaram um acordo com o setor da sociedade portuguesa responsável pelas bibliotecas e por questões relativas ao livro. Nota-se, assim, que a biblioteca pública é vista como agente relevante para a sociedade e para a sua educação financeira.

Esta afirmação positiva da biblioteca pública faltou no caso brasileiro. Analisou-se o forte papel da educação formal nos programas de educação financeira e o lugar preferencial de crianças e adolescentes na ENEF, mas em nenhum momento o bibliotecário escolar foi citado, sequer a biblioteca escolar ou pública. A maior parte dos programas estava voltado para aplicação na sala de aula e algumas ações voltadas para parcelas vulneráveis da população, como mulheres que recebem programas de assistência de governo e idosos. Também se estabeleceu uma semana para tratar intensamente do tema pelo país, a Semana ENEF. Foi o único documento que apresentou anexado um relatório de auditoria financeira feito por uma empresa independente, apresentando, por assim dizer, um bom exemplo de gastos responsáveis com o orçamento oferecido para a realização da estratégia.

A presente pesquisa conclui que há uma invisibilidade da biblioteca pública perante o Estado, com base no relatório estudado e comparando-o com experiências internacionais. A ENEF deve considerar a partir de então a biblioteca pública como catalisadora do letramento financeiro e do sucesso das comunidades que servem. Considerando seus recursos limitados e a falta de formação dos bibliotecários neste assunto específico, a equipe da biblioteca pública faria proveitosa parceria com as escolas da sua região e com instituições financeiras, a fim de que sua importância

seja ainda mais percebida pelos usuários, a educação financeira fortalecida e as parceiras sejam promovidas positivamente na comunidade como disseminadoras de conhecimento.

No âmbito do seu impacto social, acredita-se que os bibliotecários contribuirão com as suas comunidades com produtos e serviços relativos ao letramento financeiro, dado que a saúde financeira é condição para o bem-estar individual, familiar e social. Letramento financeiro torna-se sinônimo de cidadania.

Quanto à produção acadêmica, tem-se a esperança de que esta pesquisa promova maior atenção dos profissionais de Biblioteconomia brasileiros acerca deste relevante tema em um mundo tão complexo, que exige novas formas de acessar, avaliar e utilizar a informação, abrindo a classe para novas discussões e para a promoção de novas atividades e políticas públicas voltadas para o bem comum da população. Não se pode esquecer da lei primeira do ofício: livros – informação no geral, também a financeira - são para uso.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Smart Investing @your library**. [Chicago, 200-]. Disponível em: <https://smartinvesting.ala.org>. Acesso em: 06 maio 2023.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION et al. **Presidential Committee on Information Literacy: Final Report**. Chicago: ALA, 1989. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 06 maio 2023

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Políticas públicas: o que são, para que servem e como são construídas**. [Belo Horizonte, 2010]. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/parlamento\\_jovem/2010/docs/politicas\\_publicas\\_almg.doc](https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/parlamento_jovem/2010/docs/politicas_publicas_almg.doc). Acesso em: 31 ago. 2023.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL. **Relatório Anual 2018**. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-anual-ae brasil-2018.pdf>. 2018. Acesso em: 20 jun. 2023.

BOTELHO-FRANCISCO, R. E. Literacias emergentes em contextos digitais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 13, p. 4–26, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/653>. Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. **Lei 12.244 de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12244-24-maio-2010-606412-publicacaooriginal-127238-pl.html>. Acesso em: 09 nov. 2023.

BRUCE, Christine. **The Seven Faces of Information**. Adelaide: Auslib Press, 1997.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Brasil: Implementando a estratégia financeira nacional**. [Brasília, DF], 2013. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia\\_Nacional\\_Educacao\\_.Financeira\\_EN EF.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_.Financeira_EN EF.pdf). Acesso em: 26 ago. 2023.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CARVALHO, F. L.; CARLO, M. I. S. Letramento Financeiro dos Estudantes Brasileiros: análise do PISA 2015. **Revista de Administração da Unimep**, v. 19, n. 2, p. 1-23, 2021. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/63385/letramento-financeiro-dos-estudantes-brasileiros--analise-do-pisa-2015/i/pt-br>. Acesso em: 02 ago. 2023.

CARVALHO, Glauce; Doca, Geralda. Brasileiros gastam quase um terço da renda familiar para pagar dívidas, maior percentual da série histórica do BC. **Extra**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/brasileiros-gastam-quase-um-terco-da-renda-familiar-para-pagar-dividas-maior-percentual-da-serie-historica-do-bc-25617776.html>. Acesso em: 30 nov. 2023

CONSELHO Nacional De Supervisores Financeiros. **Plano Nacional de Formação Financeira 2021-2025**. Portugal, 2021. Disponível em: [https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/2021-11/plano\\_nacional\\_de\\_formacao\\_financeira\\_2021-2025.pdf](https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/2021-11/plano_nacional_de_formacao_financeira_2021-2025.pdf). Acesso em: 25 maio 2023.

CORRÊA, S. S.; GIBBON, C. de A.; SILVA, L. S. Promoção da competência em informação em mídias sociais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 1–19, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1610>. Acesso em: 21 fev. 2023.

DOYLE, Christina S. **Information Literacy in an Information Society: A Concept for Information Age**. Syracuse: ERIC Clearinghouse on Information & Technology, 1994.

FAULKNER, Ash. Financial literacy around the world: What we can learn from the national strategies and contexts of the top ten most financially literate nations. **The Reference Librarian**, [s. l.], v. 63, n. 1-2, p. 1-28, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02763877.2021.2009955>. Acesso em: 09 nov. 2023.

FAULKNER, Ash E. Financial literacy literature in US public libraries: exploring common resources in our collections. **The Reference Librarian**, [s. l.], v. 62, n. 1, p. 59-80, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02763877.2021.1892010>. Acesso em: 29 jun. 2023.

FEDERAÇÃO Brasileira De Associações De Bibliotecários, Cientistas Da Informação E Instituições. **Declaração de Maceió sobre a Competência em Informação**. Maceió: 2011. Disponível em: [http://febab.org.br/declaracao\\_maceio.pdf](http://febab.org.br/declaracao_maceio.pdf). Acesso em: 09 nov. 2023.

FÓRUM Brasileiro De Educação Financeira. **Relatório** [...]. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/comunicados/FBEF-Relatorio-2022.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/comunicados/FBEF-Relatorio-2022.pdf). Acesso em: 26 ago. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GOMES, F. R. A Bolsa de Valores brasileira como fonte de informações financeiras. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23238>. Acesso em: 09 nov. 2023.

GONZALÉZ, Jorge A. Digitalizados por decreto. Ciberkultur@: inclusão forçada na América Latina. **Matrizes**, v. 2, n. 1, p. 113-138, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143012788006>. Acesso em: 26 jun. 2023.

HULAGABALI, Santosh C.; SHOLLAPUR M.R.; KOLLE, Shankar Reddy. Global Research on Financial Literacy: A Bibliometric Analysis. **Journal of Library & Information Technology**, v. 43, n. 3, p. 157-163, 2023. Disponível em: 10.14429/djlit.43.3.18436. Acesso em: 13 ago. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida**. Alexandria, 2005. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/beacons-of-the-information-society-the-alexandria-proclamation-on-information-literacy-and-lifelong-learning/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da biblioteca pública IFLA-UNESCO 2022**. [s. l.], 2022. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/2187>. Acesso em: 09 nov. 2023

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos. 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34. 1999.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. São Paulo: Editora 34, 1993.

LIMA, Izabel França de. **Bibliotecas Digitais: modelo metodológico para avaliação de usabilidade**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

LIMA, João Paulo Cavalcante *et al.* Estudos de caso e sua aplicação: proposta de um esquema teórico para pesquisas no campo da contabilidade. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 127-144, 2012.

LIMA, Jussara Borges de; BEZERRA, Lucas; DIOMONDES, Simone; COUTINHO, Leandro. **Competências infocomunicacionais: um conceito em desenvolvimento**. [s. l.] UFBA, 2013.

LUSARDI, A. **Household Saving Behavior: The Role of Financial Literacy, Information, and Financial Education Programs**. NBER Working Paper. n. 13824, fevereiro 2008. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w13824>. Acesso em: 02 ago. 2023.

MEDEIROS, Ana Ligia Silva. Biblioteca e cidadania. **Sinais sociais**, Rio de Janeiro, v.4, n.13, p. 10-45, maio/ ago. 2010. Disponível em: [rubi.casaruibarbosa.gov.br](http://rubi.casaruibarbosa.gov.br) Acesso em: 09 nov. 2023.

MIT TECHNOLOGY REVIEW. **Transformação acelerada: os impactos dos avanços tecnológicos no setor financeiro**. [s. l., 2022]. Disponível em:

<https://mittechreview.com.br/transformacao-acelerada-os-impactos-dos-avancos-tecnologicos-no-setor-financeiro/>. Acesso em: 04 maio 2023.

NATIONAL FINANCIAL EDUCATORS COUNCIL. **Financial Literacy definition**. [Las Vegas, 201-]. Disponível em: <https://www.financialeducatorsCouncil.org/financial-literacy-definition/>. Acesso em: 05 maio 2023.

OBAMA, Barack. **Presidential Proclamation National Information Literacy Awareness Month**. [Washington, 2009]. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/presidential-proclamation-national-information-literacy-awareness-month>. Acesso em: 30 mar. 2023.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **PISA 2015 Results (Volume IV): Student's Financial Literacy**. [s. l.], 2015 Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264270282-en>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **PISA 2018 Results (Volume IV): Are Students Smart about Money?** Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/48ebd1ba-em>. Disponível em: 23 ago. 2023.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH, Guilherme. Você é alfabetizado financeiramente? Descubra no termômetro de alfabetização financeira. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da Unisinos**, [s. l.], v.13, n. 2, p. 153-170, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3372/337246777006/html/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PLANO DE FORMAÇÃO FINANCEIRA TODOS CONTAM. **Plano dinamiza sessão de sensibilização para bibliotecas de todo o país**. [Lisboa, 2023] Disponível em: <https://www.todoscontam.pt/pt-pt/noticias/plano-dinamiza-sessao-de-sensibilizacao-para-bibliotecas-de-todo-o-pais>. Acesso em: 01 set. 2023.

PLANO DE FORMAÇÃO FINANCEIRA TODOS CONTAM. **Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e supervisores financeiros assinam Protocolo de Cooperação**. [Lisboa, 2023]. Disponível em: <https://www.todoscontam.pt/noticias/direcao-geral-do-livro-dos-arquivos-e-das-bibliotecas-e-supervisores-financeiros-assinam>. Acesso em: 01 set. 2023.

REFERENCE AND USER SERVICES ASSOCIATION. **Financial Literacy Education in Libraries: Guidelines and Best Practices for Service**. [s. l.] 2014. Disponível em: [https://www.ala.org/rusa/sites/ala.org.rusa/files/content/FLEGuidelines\\_Final\\_September\\_2014.pdf](https://www.ala.org/rusa/sites/ala.org.rusa/files/content/FLEGuidelines_Final_September_2014.pdf). Acesso em: 04 maio 2023.

RUSTOMFRAM, Perveen; ROBINSON, Bess. Online government resources for financial literacy. **Journal of Business & Finance Librarianship**, [s. l.], v. 20, n. 1-2, p. 95-115, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08963568.2015.977083>. Acesso em: 09 nov. 2023.

SERASA EXPERIAN. **Brasileiros sofrem uma tentativa de fraude a cada 8 segundos, revela levantamento da Serasa Experian**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/analise-de-dados/brasileiros-sofrem-uma-tentativa-de-fraude-a-cada-8-segundos-revela-levantamento-da-serasa-experian/>. Acesso em: 07 dez. 2023.

SILVA, R. S. da; OLIVEIRA, P. R. de; TEIXEIRA, M. C.; COSTA, de F. O.; NUNES, V. Contribuições do Modelo de Carol Kuhlthau para a pesquisa sobre Comportamento Informacional e Competência em Informação no Brasil. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [s. l.], v. 25, p. 01–14, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019.e65234>. Acesso em: 24 abr. 2023.

SPIRANEC, Sonja; ZORICA, Mihaela Banek; SIMONCIC, Gordana Stokic. Libraries and Financial Literacy: Perspectives From Emerging Markets. **Journal of Business & Finance Librarianship**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 262-278 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08963568.2012.686438>. Acesso em: 09 nov. 2023.

TOMÁEL, Maria Inês (org.). **Fontes de Informação na Internet**. Londrina: EDUEL, 2008.